

Victor Fernando Guimarães Vieira da Cunha

**Reservas Extrativistas como Política Pública: uma análise
da produção bibliográfica sobre a Reserva Extrativista
Marinha de Arraial do Cabo-RJ**

Trabalho de Conclusão de Curso entregue ao Curso de Bacharelado em Gestão Pública para o Desenvolvimento Econômico e Social do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Bacharel.

Orientadora: Cecília Campello do Amaral Mello

Rio de Janeiro

2017

CIP - Catalogação na Publicação

C972r Cunha, Victor Fernando Guimarães Vieira da
Reservas extrativistas como política pública :
uma análise da produção bibliográfica sobre a
Reserva Extrativista Marinha de Arraial do Cabo-RJ
/ Victor Fernando Guimarães Vieira da Cunha. --
Rio de Janeiro, 2017.
56 f.

Orientadora: Cecília Campello do Amaral Mello.
Trabalho de conclusão de curso (graduação) -
Universidade Federal do Rio de Janeiro, Faculdade
de Administração e Ciências Contábeis, Faculdade
Nacional de Direito, Instituto de Economia,
Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e
Regional, Bacharel em Gestão Pública
Desenvolvimento Econômico e Social, 2017.

1. Reserva Extrativista Marinha de Arraial do
Cabo. 2. Pesca. 3. Política pública. I. Mello,
Cecília Campello do Amaral , orient. II. Título.

Victor Fernando Guimarães Vieira da Cunha

**Reservas Extrativistas como Política Pública: uma análise
da produção bibliográfica sobre a Reserva Extrativista
Marinha de Arraial do Cabo-RJ**

Trabalho de Conclusão de Curso entregue ao Curso de Bacharelado em Gestão Pública para o Desenvolvimento Econômico e Social do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Bacharel.

Orientadora: Prof.^a Dr^a Cecília C. do Amaral Mello

Aprovado em março de 2017

BANCA EXAMINADORA

Professora Doutora Cecília Campello do Amaral Mello
Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional – UFRJ

Professor Doutor Sidney Lianza
Departamento de Engenharia Industrial - Escola Politécnica – UFRJ

Professor Doutor Gustavo Antônio N. Bezerra
Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional - UFRJ

Rio de Janeiro

2017

Agradecimentos

À professora Cecília Mello, por sua orientação, por compreender minha ansiedade e minha pressa em alguns momentos da pesquisa. Ao professor Sidney Lianza, ou simplesmente Sidão, que me recebeu de braços abertos como voluntário no Projeto de Extensão Pesquisa Ação na Cadeia Produtiva da Pesca no Litoral Fluminense (PAPESCA) e se dispôs a co-orientar esse trabalho. Ao professor Gustavo Bezerra, que me honrou com sua presença em minha banca e foi fundamental para compreender a dinâmica dos movimentos sociais e da organização social de determinados grupos.

À equipe de pesquisadores e bolsistas da PAPESCA, Rodrigo, Davi, Vinicius, Maicon (primo), Nelson, Paula Callegari, Marina, Milena, Yuri e Clara, pelos intensos e profícuos debates sobre pesquisa ação, educação popular, reservas extrativistas, metodologias de pesquisa e sobre suas experiências riquíssimas de vida.

Aos professores Felipe Addor e Flávio Chedid, ambos do SOLTEC/NIDES, que me fizeram acreditar na minha capacidade de alcançar meus objetivos como pesquisador, orientando e criticando minhas resenhas e artigos.

À minha querida turma do GPDES 2013.1, pela generosidade com que receberam o jovem estudante aos 50 anos, sem questionamentos, sem qualquer preconceito, ao contrário, me elegeram um amigo, muitas vezes chato, implicante, outras, um brincalhão.

À equipe do Laboratório ETTERN, particularmente do Observatório Socioambiental de Barragens (OSAB), professor Carlos Vainer, Dra. Flávia Vieira, Dra. Alexandra Martins, Juliana Romeiro e os companheiros bolsistas Bruno Uendel, Ana e Vinicius pela parceria e orientação nas jornadas, congressos e encontros onde apresentamos nossos trabalhos de pesquisa.

Aos professores do bacharelado em Gestão Pública para o Desenvolvimento Econômico e Social, que com seu conhecimento, visão de mundo, me mostraram o caminho e a riqueza de grandes autores e pesquisadores nas ciências sociais, na

ciência política, nas ciências econômicas, na antropologia, no planejamento urbano, na ética no serviço público, dentre outras.

Aos técnicos administrativos que nos serviram nesses quatro anos de graduação, Márcia, Viviane, Marcos e Ronaldo, sempre solícitos e pacientes com nossa pressa e urgência para todos os problemas.

Ao professor Gonçalo Guimarães, que me recebeu como bolsista de Iniciação Científica na Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares (ITCP) da COPPE/UFRJ, onde vivi uma experiência única com os catadores de resíduos recicláveis, visitas a lixões e aterros sanitários e às cooperativas populares.

Ao Programa de Engenharia de Sistemas e Computação (PESC) e a equipe do Centro de Apoio as Políticas de Governo (CapGov) coordenada pelo Dr. Sérgio Rodrigues que me possibilitou dois valiosos anos de estágio com uma equipe de jovens desenvolvedores de sistemas e aplicativos para governos, onde pude aprender muito sobre a agenda de políticas públicas do Governo Federal, por meio dos contatos frequentes com projetos, contratos e convênios do Ministério do Planejamento Orçamento e Gestão (MPOG). Aos companheiros graduandos e hoje gestores públicos, Davi, Miriam, João Carlos, Pedro, Carol e Dayanne que fazem parte da equipe de apoio à gestão do CapGov.

Por fim, destaco uma pessoa especial, sem a qual a aventura de voltar a universidade a essa altura da vida seria impossível, minha esposa Patrícia Rolim, que nunca negou apoio aos meus sonhos, anseios, objetivos e projetos de vida. Certamente por compartilhar comigo nesses vinte e seis anos de convivência, a mesma visão de mundo, o mesmo desejo por justiça social, a prática da alteridade com as populações mais carentes e a insistente esperança de sonhar com um país mais justo, menos desigual, sem preconceitos e com oportunidade para todos. Aos meus filhos, Gabriel e Beatriz, hoje universitários como eu, que jamais questionaram minha aventura acadêmica tardia, ao contrário, sempre apoiaram como demonstraram orgulho do pai estudante universitário.

Sumário

Introdução.....	7
1- Arraial do Cabo: o território dos cabistas.....	14
2– A Reserva Extrativista Marinha de Arraial do Cabo.....	25
2.1. Quem são os atores envolvidos?	25
2.2. O processo de criação da Reserva Extrativista Marinha.....	30
3- Conflitos e tensões com a implantação da Resex	44
Considerações Finais	51
Referências.....	54

Resumo

O presente trabalho de pesquisa busca uma análise da produção bibliográfica sobre a Reserva Extrativista Marinha de Arraial do Cabo, município da Região dos Lagos, Estado do Rio de Janeiro, um litoral tributário do raro fenômeno da ressurgência e que abriga uma população tradicional de pescadores artesanais.

Trazendo um olhar para a Resex como Política Pública, com o objetivo de buscar a fusão entre a preservação ambiental e a proteção às populações tradicionais, mergulhamos na história da criação da Unidade de Conservação (UC), com uma breve descrição do território estudado, suas características, culturas, saberes e tradições, além de trazermos à luz a origem e objetivos do Sistema Nacional de Unidades de Conservação, para melhor entendimento acerca das diferentes categorias de UC.

Por fim, trazemos algumas considerações a respeito do modelo de gestão compartilhada e participativa dos recursos naturais presentes na Resex e a busca constante pela mediação de conflitos num território onde interesses diversos giram entorno dos recursos naturais marinhos, das belezas naturais e das riquezas geradas por estas.

Summary

This research seeks a review of bibliographical production about the Marine Extractive Reserve of Arraial do Cabo, a town in the county of the Lakes Region in the State of Rio de Janeiro, a tributary of the rare coastal resurgence phenomenon and which houses a traditional artisanal fishing population.

Bringing a look for the Resex as a public policy, with the aim of seeking the merger of environmental preservation and protection of the traditional population, we plunged into the story of the creation of a conservation unit (UC), with a brief description of the studied territory, its characteristics, cultures, knowledge, and traditions, in addition to bringing to light the origin and objectives of the national system of conservation units for better understanding of the different categories of UC.

Finally, we bring some considerations regarding the shared and participative management model of natural resources present in the protected area and the constant search for conflict mediation in a territory where various interests revolve around natural marine resources, the natural beauty, and the wealth generated by these.

Introdução

O presente trabalho de pesquisa tem como objeto o processo de constituição e os conflitos ambientais advindos da criação de uma Unidade de Conservação marinha na região dos Lagos no Rio de Janeiro. Para entender este processo realizaremos uma análise da produção bibliográfica sobre a Reserva Extrativista Marinha de Arraial do Cabo (RESEX-MAR-AC), iniciando por situá-la no contexto da criação de um Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC) que reúne uma diversidade de categorias de Unidades de Conservação (UC), dentre elas as Reservas Extrativistas.

Iremos nos deter na categoria das Reservas Extrativistas e apresentaremos um breve histórico de sua institucionalização enquanto política pública (Lobão, 2006) até nos aproximarmos da historiografia sobre a RESEX-MAR-AC, a segunda RESEX marinha do Brasil. A metodologia desse trabalho constitui-se numa revisão bibliográfica que permitirá a elaboração de uma linha do tempo, cujo marco inicial dar-se-á em 1995, quando se inicia o processo que levou à criação da RESEX-MAR-AC (em janeiro de 1997) até a data de instituição do Conselho Deliberativo da Reserva em 2010. Além disso, lançaremos mão de entrevistas com atores centrais envolvidos com a Resex, bem como análise documental dos processos resoluções, petições, etc., associados à criação e gestão desta UC.

O presente Trabalho de Conclusão de Curso ao optar por uma ampla revisão bibliográfica, revisitando teses, dissertações, revistas, artigos e livros sobre a Reserva Extrativista Marinha de Arraial do Cabo, tendo como centralidade a sustentabilidade da pesca artesanal e da população tradicional de pescadores

locais, com destaque para a pesca de arrasto de praia, focou em grande parte na literatura voltada à pesquisa social, à etnografia e à etno-conservação. O trabalho faz também uma breve apresentação do Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC), seus objetivos, sua finalidade e suas categorias, com o propósito de situar as reservas extrativistas, sobretudo as reservas extrativistas marinhas nesse contexto de política pública voltada para a preservação ambiental combinada com a preservação da cultura, dos saberes tradicionais, aqui representadas pela pesca artesanal.

As reservas extrativistas foram concebidas para preservação da cultura, sustentabilidade das populações tradicionais e dos recursos naturais. Segundo a legislação, a criação de uma RESEX deve corresponder obrigatoriamente à demanda explícita e documentada da mobilização e iniciativa daquelas populações.

Observa-se, porém, que a Reserva Extrativista Marinha de Arraial do Cabo, assim como a de Pirajubaé, foram criadas antes mesmo da promulgação da Lei 9.985/2000 que criou o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC). Isso por que a política pública de proteção às populações tradicionais combinada com a preservação ambiental já estava prevista na Constituição Federal de 1988, bem como em legislação ambiental infraconstitucional anterior a ela.

Minha relação pessoal com o objeto de estudo origina-se de minha experiência de trabalho no Instituto de Estudos do Mar Almirante Paulo Moreira (IEAPM), como pesquisador bolsista do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) atuando como biólogo marinho no Projeto Ecologia Bêntica, entre os anos de 1988 e 1992, com inúmeras saídas de campo que incluíam mergulhos, coletas em praias e costões rochosos de Arraial do Cabo, que anos a frente se tornariam território da Resex.

Nesse sentido, essa experiência serviu para corroborar um sentimento que já percebia à época, de que havia um distanciamento entre os objetivos de pesquisadores da Marinha do Brasil (IEAPM) e os interesses e demandas das

populações tradicionais locais, que viviam e vivem da pesca artesanal em suas variadas modalidades.

Além disso, o fato de ser filho da região, nascido em Cabo Frio na década de 1960, fez com que tivesse um olhar sensível sobre o modo de vida da população tradicional de pescadores artesanais, pois assistir a pesca de arrasto e ajudar a puxar a rede carregada de peixes, sempre fez parte de minha infância, adolescência e juventude. Assim, busquei descrever o que senti do ponto de vista dos pescadores locais, valorizando suas tradições, sua cultura e sua cosmologia que dão até hoje as cores da antiga aldeia.

Segundo Diegues (Pereira e Diegues, 2010), o termo “populações tradicionais” está no centro de discussões intermináveis sobre o que definiria, de fato, uma população tradicional que facilitasse sua utilização universal no sentido de difundir e proteger as práticas e saberes tradicionais transmitidos de geração em geração, como é o caso dos pescadores artesanais da zona costeira e das bacias hidrográficas brasileiras.

O Decreto 6.040 de 07 de fevereiro de 2007, em seu artigo 3º, refere-se ao termo populações tradicionais como povos ou comunidades tradicionais:

Povos e Comunidades tradicionais: grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição. (Brasil, 2007).

O espírito da lei do SNUC prevê desde a sua criação, que as populações tradicionais devem ser protagonistas da gestão compartilhada dos recursos naturais de uso comum em parceria com o poder público, representado por um órgão ambiental do estado: se for uma RESEX federal inicialmente com o Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) e a partir de 2007, sob a tutela do Instituto Chico Mendes da Biodiversidade (ICMBIO).

Desenvolvemos neste trabalho uma análise da RESEX-MAR-AC, como um caso privilegiado para se entender as Resex enquanto política pública. Além disso, buscamos compreender a atuação das comunidades locais como potenciais

protagonistas da gestão e proteção dos seus limites, sua biodiversidade e, sobretudo do seu *modus vivendi*, sua cultura, seus fazeres e saberes tradicionais (Lobão, 2006).

A bibliografia sobre esta Resex de Arraial do Cabo, permite-nos conhecer os avanços e desafios enfrentados pelos pescadores artesanais que extraem seu sustento através da pesca artesanal, empregando técnicas diversas, desde a pesca de arrasto de praia à pesca da lula ou à pesca de linha nos costões rochosos, lajes e ilhas nos limites da reserva, como veremos adiante.

Pretende-se aqui fazer uma análise da produção bibliográfica da RESEX-MAR-AC desde sua criação, observando-a desde a sua concepção, que levou à petição pela criação da UC através da iniciativa dos pescadores artesanais locais com apoio de outros atores sociais. Neste contexto geral do território buscamos revelar como os pescadores artesanais e a cultura da pesca artesanal vêm resistindo à redução de estoques de pescado, à transformação urbana do município de Arraial do Cabo, à disputa do território com a especulação imobiliária, à industrialização, ao turismo, à pesca industrial e à prática de esportes náuticos.

Outra questão que move este trabalho seria, além da apresentação de como foi então identificar o histórico de criação da RESEX-MAR-AC, a discussão sobre a articulação da Resex com outras políticas públicas direcionadas ao setor de pesca artesanal. Em particular, desejamos entender em que medida os pescadores artesanais tradicionais que dela vivem assumiram o protagonismo na cogestão da reserva e os limites para tanto.

Indagamos: existiu dialogicidade entre os pescadores artesanais, demais atores sociais e agentes institucionais das diversas esferas de governo de modo a atingir a conservação da biodiversidade marinha, a gestão compartilhada de recursos naturais e a mediação de conflitos socioambientais nos limites da reserva e arredores?

A política pública conquistada propiciou que os pescadores artesanais alcancem protagonismo nas diretrizes e decisões que afetam diretamente suas vidas, seu trabalho e seus saberes tradicionais? Ou em nome do Desenvolvimento

Sustentável foram “convidados a participar de forma subalterna e tutelada da ressignificação de seus lugares?” (Lobão, 2006).

Para entender o foco dos conflitos socioambientais e institucionais que envolvem o processo de criação e gestão da Resex, buscamos, em primeiro lugar e sem a pretensão de sermos exaustivos, apresentar os diferentes atores sociais envolvidos: o CNPT/IBAMA, a Marinha do Brasil, presente no município através do Instituto de Estudos do Mar Almirante Paulo Moreira (IEAPM) e da Capitania dos Portos de Cabo Frio, a AREMAC (Associação de Pescadores da Reserva Marinha de Arraial do Cabo), a Colônia de Pescadores de Arraial do Cabo (Z-5), a Associação de Pescadores de Arraial do Cabo, outras associações locais, o governo local, bem com, a população tradicional local, que vive, apropria-se, convive e faz uso dos recursos da pesca artesanal, das praias e também do turismo sazonal.

Realizamos, ainda três visitas ao território pesquisado, entrevistas com informantes-chave, que incluíram a atual gestora da RESEXMAR de Arraial do Cabo, um pescador local com grande importância e influência na representação da comunidade pesqueira local em vários fóruns, dentre os quais a Comissão Nacional para o Fortalecimento das Reservas Extrativistas e dos Povos Extrativistas Costeiros Marinhos (CONFREM), o Movimento dos Pescadores e Pescadoras Artesanais do Brasil (MPP), e do próprio Centro Nacional de Pesquisa e Conservação da Sociobiodiversidade Associada aos Povos e Comunidades Tradicionais (CNPT), órgão ligado ao Instituto Chico Mendes de Biodiversidade (ICMBIO), além do Conselho Pastoral dos Pescadores (CPP). Realizamos ainda uma entrevista com o primeiro diretor da RESEX, o biólogo Fábio Fabiano, o presidente da AREMAC, da Colônia de Pescadores de Arraial do Cabo, além de diálogos informais com pesquisadores do IEAPM

Após apresentar os atores envolvidos, iremos descrever o contexto específico do território em questão, analisando as condições pretéritas que motivaram os movimentos no sentido da criação da Resex. Em seguida iremos apresentar como ocorreu o processo de criação da RESEX-MAR-AC, através de uma cronologia dos fatos entendidos como mais relevantes pelos atores locais. Esta cronologia receberá aportes de uma análise documental, que envolve a

apresentação de ofícios, pareceres, resoluções, portarias, decretos e outros instrumentos legais que embasaram a Resex. Por fim, pretendemos apresentar os principais conflitos ambientais e aqueles relativos à gestão da esta unidade de conservação de uso sustentável.

A escolha do tema se justifica por ser o SNUC uma concretização de políticas públicas que visam declaradamente combinar a preservação da biodiversidade com a participação das populações tradicionais, buscando a proteção aos territórios tradicionais e garantindo, assim, os recursos naturais necessários à sua subsistência. Além disso, no que concerne à Reserva Extrativista Marinha objeto da pesquisa, destacamos a singularidade físico-biológica do litoral de Arraial do Cabo, tributário de um fenômeno de afloramento de águas profundas e frias à superfície trazendo consigo uma vasta riqueza de nutrientes, a “**ressurgência**”. Tal fenômeno torna o município da região dos lagos uma área altamente piscosa. Este fato, aliado a inegável beleza natural de suas praias de águas frias e cristalinas, torna este território particularmente suscetível a disputas entre pescadores locais, operadoras de turismo, praticantes de esportes aquáticos, pescadores da vizinha Cabo Frio e também da pesca industrial predatória de arrasto pelas traineiras e grandes atuneiros na costa do Cabo.

Esta que é a segunda Reserva Extrativista Marinha do Brasil foi criada em 1997 após anos de lutas, negociações, pesquisas e demandas organizadas dos pescadores artesanais e concebida como uma possível saída para o “caos” num território submerso em conflitos socioambientais e riscos crescentes à biodiversidade marinha.

Nesse sentido, entende-se a importância de revisitar a história recente da RESEX-MAR de Arraial do Cabo, para que se possa analisar o processo de gestão compartilhada dos recursos naturais ali presentes.

O trabalho foi dividido em três capítulos para facilitar um melhor entendimento acerca do território tradicional. No capítulo 1, buscamos descrever Arraial do Cabo, suas origens, primeiros habitantes, primeiras construções de impacto local, o primeiro porto, a chegada da Companhia Nacional de Álcalis, o contato do tradicional com a tecnologia, através da industrialização, o boom turístico na década

de 1970, a forte urbanização com a consequente especulação imobiliária e a organização social em torno da pesca artesanal, suas variedades e suas transformações ao longo do tempo (Britto,1999).

No capítulo 2, divididos em duas seções, buscamos na primeira seção (2.1) elencar os atores sociais e agentes institucionais envolvidos na criação e gestão da reserva extrativista marinha, mostrando o papel de cada um no cotidiano dos pescadores artesanais. Na segunda seção do capítulo 2 (2.2) descrevemos o processo de criação da RESEX, detalhando fatos e acontecimentos que marcaram a luta dos pescadores locais em conjunto com o IBAMA, até a decretação da criação da RESEX em janeiro de 1997, pelo então presidente Fernando Henrique Cardoso.

No capítulo 3, buscamos pontuar os principais conflitos presentes e nem sempre superados, entre os pescadores artesanais e os demais agentes sociais que conviviam e convivem num mesmo espaço territorial, cada qual com suas funções e competências, além dos interesses econômicos privados que se apresentaram à época e permanecem até hoje, muito por conta dos atrativos e belezas naturais de Arraial do Cabo, dentre eles o mergulho esportivo, a pesca submarina, o turismo aquático, as práticas esportivas náuticas, com destaque para o surf na Praia Grande.

Nas considerações finais tentamos sintetizar o que descobrimos na rica literatura sobre as populações tradicionais, etnografia, etno conservação, movimentos sociais, ecologia política e a pesca artesanal em Arraial do Cabo, as transformações na aldeia de pescadores e as conquistas e desafios da comunidade de pescadores artesanais após a implantação da RESEX-MAR-AC.

1- Arraial do Cabo: o território dos cabistas

O município de Arraial do Cabo, pela própria localização costeira e pela riqueza e abundância de seus recursos naturais, sempre esteve ligado à atividade da pesca artesanal, muito embora esse reconhecimento e valorização não estejam presentes de forma tão clara sob o olhar e enfoque das populações tradicionais, suas práticas, técnicas e saberes transmitidos de forma oral às suas gerações subsequentes.

O município, atualmente com população de quase trinta mil habitantes (29.077 habitantes, segundo estimativa do IBGE para 2016), esteve até 1985 ligado administrativamente a Cabo Frio, como um distrito daquele município vizinho, quando então passou pelo processo de emancipação tornando-se um ente federativo municipal. Com relação à pesca artesanal, à comunidade tradicional, às técnicas e modalidades de pesca, esse fato não alterou praticamente em nada a rotina da antiga vila de pescadores. Outros fatores foram decisivos para tirar a antiga vila de pescadores de sua condição insular, tais como o aumento do fluxo de turistas com a construção da Ponte Rio-Niterói, a industrialização com a chegada da Companhia Nacional de Álcalis (CNA) e a rápida urbanização que chegou como consequência desses fenômenos combinados (Britto,1999) e principalmente o aumento expressivo da pesca predatória industrial, que se instalou em toda a região.

Segundo o sítio eletrônico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), há registros de que a formação geomorfológica de Arraial do Cabo se deu há mais de um milhão de anos, por ação de ventos e correntes que anexaram ao continente antigas ilhas, hoje morros do Mirante, do Forno e do Pontal do Atalaia.

Os primeiros habitantes humanos chegaram a mais de cinco mil anos, eram nômades, viviam no topo dos morros e de lá só desciam para a caça e coleta de alimentos, basicamente peixes e moluscos.

Mais tarde, ainda segundo o IBGE, há registro da chegada dos índios da nação Tupi-Guarani. Nesse período, tribos Tupinambás habitavam todo o território que representa hoje o Estado do Rio de Janeiro, e em Arraial do Cabo eram representados pelos Tamoios. Mais evoluídos que os nômades, os Tamoios viviam

em aldeias, caçavam, plantavam mandioca, confeccionavam peças em cerâmica e usavam adornos de penas.

Estudos arqueológicos revelam a presença, à época, de cerca de 50 aldeias Tupinambás na região, com uma população indígena estimada entre 25 e 75 mil habitantes, antes da ocupação europeia.

O Museu Nacional da Quinta da Boa Vista, que pertence à Universidade Federal do Rio de Janeiro, guarda diversas peças encontradas na região do município do litoral fluminense, que está assentado sobre sítios arqueológicos valiosíssimos para estudos sobre a história daquele território. Foram catalogados inúmeros restos arqueológicos em toda a região, composta de diversos sambaquis (sítios arqueológicos com esqueletos e artefatos).

Ponto de desembarque da expedição do navegador italiano Américo Vesúcio em 1503, a serviço da Coroa Portuguesa, na Praia da Rama, atualmente Praia dos Anjos, estabeleceu-se na pequena vila a primeira feitoria do Brasil (Savi, 2003), com embarque de enormes carregamentos de pau-brasil nos navios portugueses. Considerada um abrigo perfeito, a Enseada da Praia dos Anjos desde então é frequentemente utilizada por navegadores em busca de abrigo do mau tempo ou de espera de condições ideais para a navegação.

A Enseada dos Anjos abriga atualmente o único porto da Região dos Lagos (Savi, 2003), e suas águas puderam testemunhar fatos marcantes da história do Brasil, do período colonial aos dias de hoje. O local foi palco de constantes invasões de navios franceses, ingleses e holandeses no contrabando do pau-brasil, escoamento da produção de sal nas salinas da região, fixação das atividades pesqueiras, inclusive a instalação de uma indústria pesqueira japonesa de beneficiamento e comercialização de carne de baleias.

Arraial do Cabo, localizado a 165 km do Rio de Janeiro, apresenta oito praias, a maioria delas com águas frias e muito claras, perfeitas para a prática de mergulho, pesca submarina, esportes náuticos radicais e principalmente um fenômeno que tornam suas águas ricas em nutrientes, pelo afloramento na superfície das águas geladas oriundas de correntes das Malvinas. Denominado ressurgência, o fenômeno

é um dos responsáveis pela riqueza de espécies de peixes, moluscos, crustáceos, micro e macroalgas marinhas, que fazem com que toda a região costeira seja visitada por espécies de passagem, que enriquecem ainda mais a pesca de arrasto de praia da tainha, a pesca da lula, dentre outras espécies.

A Enseada dos Anjos guarda o Porto do Forno, uma marina onde estão apoitados centenas de barcos de pesca, traineiras e barcos para passeios turísticos e um molhe adjacente ao porto (Savi,2003)

A Praia dos Anjos, com sua localização privilegiada na costa brasileira guarda um de seus principais portos, inclusive abrigando rotas internacionais, que associada à geomorfologia ímpar por ser das poucas enseadas costeada por dois grandes promontórios é protegida à frente pela Ilha de Cabo Frio, o que lhe confere o título de fundeadouro natural preferido dos navegantes desde o século XVI (Savi,2003).

A importância da praia dos Anjos atualmente pode ser definida como o ponto de partida e chegada das embarcações de pesca, barcos para passeios turísticos, dos navios da Marinha de Guerra que apoiam os pesquisadores do IEAPM, além dos navios mercantes que passam ao seu largo para atracação no porto do Forno e dos navios e rebocadores que servem de apoio offshore à Bacia de Campos.

Nesse sentido, embora não seja local importante da pesca artesanal por seu histórico de poluição pela presença do emissário urbano, que durante anos deixou exposta uma língua negra do meio para o sul da enseada, esta tem importância histórica, que vamos buscar elencar os mais expressivos a título de conhecimento histórico. A pesca nesse lado do Cabo ocorre na prainha da Ilha de Cabo Frio ou Ilha do Farol como preferem os cabistas para marcarem a separação territorial e independência do município vizinho, marcado por velhos conflitos entre pescadores das duas cidades.

Inicialmente chamada de Praia da Rama e em seguida de Praia D'Anjou, muito provavelmente por influência francesa e finalmente Praia dos Anjos (sua denominação até os dias de hoje), esta enseada forjou a evolução histórica desse pequeno município, recebendo inúmeras construções importantes em seu interior.

Historicamente, os grandes carregamentos de pau-brasil e outras madeiras nobres, entre os séculos XV e XVIII, foram embarcados na enseada dos Anjos.

A partir dos séculos XIX e XX, o escoamento da produção de sal das salinas da região foi realizado também nesta enseada, onde em 1928 foi construído o primeiro porto do município pela companhia Salinas Perynas S/A, que ao longo dos anos foi sofrendo ampliações e modernizações.

Em janeiro de 1930, a vila de pescadores sofreu uma grande intempérie, que ficou conhecida como temporal da vaca, com níveis pluviométricos gigantescos, causando alagamento que atingiu toda a base da encosta do Pontal. Para evitar novas enchentes, foi construído um valão que serviu de escoamento e desembocava na porção centro sul da enseada dos Anjos, que passou a ser usado mais tarde também como canal de esgoto e dreno pluvial (Savi,2003)

Em 1936, a Marinha de Guerra do Brasil lança a primeira edição da Carta Náutica 1503, com a batimetria da Praia dos Anjos e já mostrando o primeiro porto (Savi, 2003).

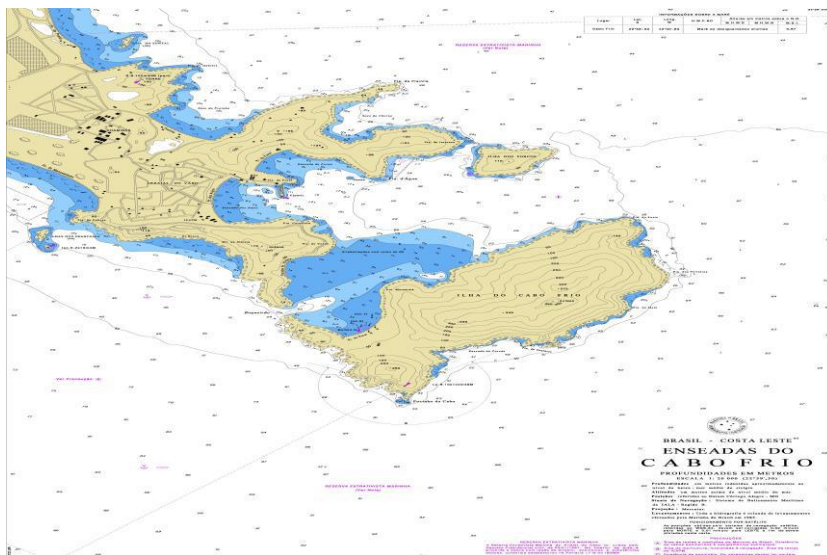


Figura 1 – Carta Náutica da Enseada dos Anjos e Arredores (Fonte: Acervo IEAPM)

A Companhia Nacional de Álcalis (CNA) começou a ser construída em 1955, sendo finalizada em 1958 e inaugurada em 1959 com a primeira produção em 1960. Com isso, o escoamento da produção de barrilha proporciona um forte incremento na movimentação portuária.

Em 1955, concomitante à construção da CNA, deu-se início a construção do píer do Porto do Forno, concluído em 1959.



Figura 2 – Praia do Forno com o Porto do Forno 1959 (Fonte: Acervo da Prefeitura Municipal de Arraial do Cabo; Fotógrafo: Ronaldo Miranda Fialho).

O ano de 1959 também foi marcado pela chegada a indústria de pesca japonesa Tayo, que beneficiava e comercializava carne de baleia, entrando em pleno funcionamento em março de 1960. A estrutura da fábrica foi montada no extremo sul da enseada, que passou a contar para atracação de seus barcos pesqueiros com um píer em Y, grandes rampas e outras construções em terra. Em 1963 a Tayo encerra suas atividades em Arraial do Cabo (Savi,2003)

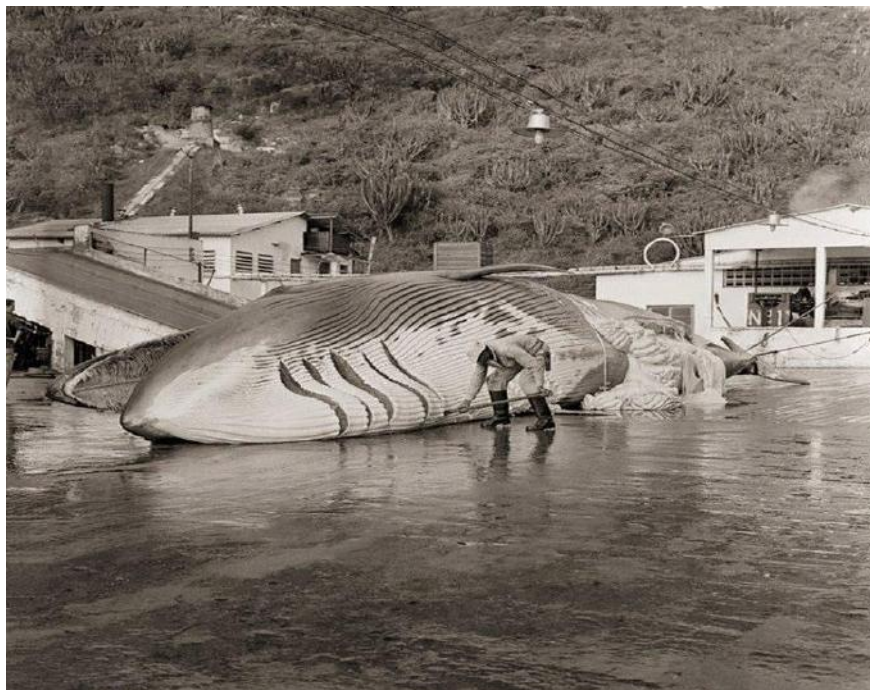


Figura 3 – Beneficiamento da carne de baleia nas instalações da Tayo. Fonte: Acervo IEAPM

Em 1965, o Porto do Forno recebe uma intervenção importante visando sua modernização, em função principalmente do escoamento da produção de barrilha da CNA e do sal produzido pelas salinas da região sendo a mais expressiva delas a Companhia Salinas Perynas (Savi, 2003).

Em 1971, Arraial do Cabo recebe um importante projeto idealizado pelo visionário Almirante Paulo de Castro Moreira da Silva, influenciado pelo fenômeno da ressurgência, que foi denominado pela Marinha do Brasil, através do Instituto de Pesquisas da Marinha (IPQM), de Projeto Cabo Frio. O Projeto Cabo Frio, segundo o ideário do Almirante Paulo Moreira, perseguia três objetivos: autossuficiência financeira pela fabricação de gelo para a indústria da pesca, desenvolver a fertilização das águas das enseadas vizinhas a Arraial do Cabo, para a produção de peixes, moluscos e camarões, e ser uma Universidade do Mar onde estudantes de variadas graduações poderiam adquirir conhecimentos oceanográficos necessários a consolidação dos pilares do projeto (Savi, 2003).

Sediado na Praia dos Anjos, em 1975 passou a ocupar as antigas instalações da fábrica Tayo, usando inclusive o píer como atracadouro de suas embarcações.

Mais tarde, em 1995, o píer teve de ser demolido por apresentar deterioração e representar riscos para banhistas e usuários do próprio IEAPM.

Em homenagem ao idealizador do Projeto Cabo Frio, em 1985 passou à denominação de Instituto de Estudos do Mar Almirante Paulo Moreira (IEAPM).

A Praia do Pontal, no limite do município com Cabo Frio, está situada à esquerda da estrada que liga os dois municípios, atrás de onde fora construída a vila industrial da CNA que acolhia os operários, onde hoje existe um pórtico de entrada da cidade. Um pouco escondido o canto do Pontal possui bem a sua frente, a ilha do mesmo nome e é conhecida pela pesca de arrasto de praia, tradicional no Cabo. Seu costão rochoso é também utilizado por pescadores amadores que à noite jogam suas linhas de arremesso para a pesca do peixe espada com boia luminosa. Cercada por uma bela vegetação de restinga e algumas dunas baixas, é procurada também por mergulhadores, turistas e surfistas.

A Prainha, bem na entrada da cidade, pode ser vista da parte alta da estrada e tornou-se uma espécie de cartão de visitas da vila de pescadores por sua água azul turquesa, areia branquíssima e bastante afetada pela especulação imobiliária que fez surgirem ali as primeiras construções verticais, que embora com poucos pavimentos, destoam bastante das casas mais simples de pescadores remanescentes no local.



Figura 4 – Prainha na entrada do Cabo, 1964. Acervo do Fotógrafo Ronaldo Miranda Fialho)

A Praia Grande é talvez a praia mais povoada de pescadores artesanais da pesca de arrasto de praia e a de maior em extensão, pois tem como limites, do seu lado esquerdo, o costão com a Ponta da Cabeça e para direita quase o infinito longínquo município de Saquarema, distante 30 quilômetros pela praia. Porém oficialmente, sua demarcação em terras cabistas vai até a localidade da Pernambuco, em Massambaba, quase no limite com a localidade de Praia Seca, que pertence ao município de Araruama. Poderíamos dizer, sem medo de errar, que este espaço da costa em mar aberto é o principal palco da produção pesqueira artesanal, principalmente da pesca de arrasto de praia, a visualização dos cardumes pelo vigia no alto do Morro do Atalaia, numa das mais belas atrações das tradições pesqueiras locais. É palco ainda da pesca da lula, com características peculiares, pois é uma pesca noturna com os barcos iluminados para atração do molusco que é pescado em grande quantidade na época do verão e objeto de um festival de quitutes organizado pela Associação de Pescadores locais.

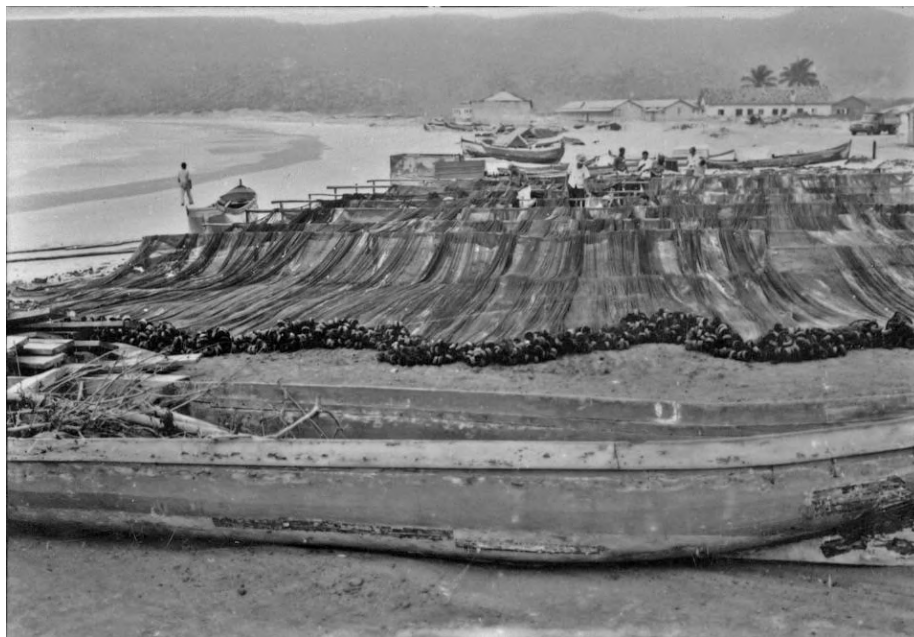


Figura 5 - Pesca artesanal de arrasto na Praia Grande, década de 1940. Fonte: Acervo IEAPM

A Praia do Forno escondida por traz da enseada dos Anjos, após o porto do Forno, a marina e os molhes, pode ser acessada pelo mar nos inúmeros táxis boats locais, barcos de pesca alugados ou por uma pequena trilha que tangencia o Morro da Coca-Cola. Pela esquerda possui um longo costão rochoso, com águas não muito profundas e muito claras, que são muito procuradas para a prática de mergulho e caça submarina, proibida com a criação da RESEX. Costão esse que se estende até o Saco do Cherne já vizinho à Praia do Pontal. Ponto famoso de pesca de espécies de peixes de grande porte como o robalo, o cherne, o badejo e a graçaíinha. A praia do Forno também recebe uma quantidade enorme de turistas que buscam o restaurante flutuante e as balsas de cultivo de mexilhão, implantados pelos pesquisadores do IEAPM na década de 1980.

As Prainhas do Pontal do Morro Atalaia são duas, separadas apenas por um pequeno avanço do costão rochoso, localizando-se bem a frente da Ilha de Cabo Frio, também conhecida como Ilha do Farol. Possuem acesso pelo Pontal do Atalaia ou pelo mar, com embarcações alugadas ou os famosos táxi boats que saem da marina da enseada dos Anjos. Com águas cristalinas, é atração para turistas, praticantes de mergulho livre e pescadores de linha ocasionais.

A Praia Brava fica do lado oposto, quase de frente para a Ilha do Francês, encravada no meio de um abismo formado por costões rochosos, com acesso por uma escada de alvenaria, fabricada pelos primeiros incorporadores imobiliários do Pontal Atalaia.

A Praia do Farol, na Ilha de Cabo Frio, com acesso controlado pela Marinha do Brasil através do IEAPM, exceto para as práticas extrativistas da população tradicional, como a pesca de arrasto de praia, pode ser visitada desde que expedida a autorização específica pelo IEAPM (Marinha do Brasil) que controla a quantidade de visitantes e limita a quantidade de embarcações com essa finalidade que tenham como destino à ilha.

Destacadas as principais características geomorfológicas da antiga vila de pescadores, hoje município, buscarei descrever algumas descobertas marcantes dos inúmeros pesquisadores que mergulharam na história dos costumes locais, estudando a organização social dos pescadores artesanais, a rivalidade entre pescadores de praias distintas e entre cabistas (gentílico de quem nasce na cidade) e caringôs (Brito, 1999) ou os “de fora”, como são identificados aqueles “invasores” que não são “minhoca da terra”.

Podemos reparar que ao se identificarem como cabistas muito antes de uma emancipação administrativa de Cabo Frio, o povo do Cabo sempre trouxe consigo uma identidade forte com o seu território e sua atividade de subsistência, a pesca. Pois “ser cabista é ser pescador” (Prado, 2000).

Essa construção identitária justifica em certa medida os conflitos com os cabofrienses, não só com a população de pescadores artesanais, mas com a população dos dois municípios de maneira geral. Óbvio que a disputa por espaço/território no mar, pontos de pesca, arrastão em território do outro, sempre acirrou muito mais a rivalidade entre pescadores, sendo inclusive objeto de registro da imprensa local, regional e nacional à época, principalmente quando surgiu a ideia da criação da Reserva Extrativista Marinha de Arraial do Cabo, que deu “exclusividade” aos pescadores locais nas praias do município.

Outra questão fundamental para entender a dinâmica da organização social da antiga aldeia, é saber o que os nativos da vila de pescadores pensam sobre modernidade e tradição (Britto, 1999), que na ótica do povo cabista significa a vida pacata antes e depois da chegada da Companhia Nacional de Álcalis (CNA), empreendimento desenvolvimentista projetado desde a era Vargas, mas inaugurada na prática nos governos militares.

Pensava-se que a industrialização materializada com a chegada da CNA, causasse a extinção por completo da pesca artesanal em Arraial do Cabo, por dois motivos aparentemente definitivos, ao menos à época, quais eram: a absorção da mão de obra pela indústria de barrilha (Britto, 1999), com melhores salários, status e garantias trabalhistas e a possibilidade de uma rápida urbanização, com a transformação da antiga vila de pescadores num balneário chique e atraentes para “os de fora”.

Ao contrário, a presença da CNA no antigo distrito de Cabo Frio possibilitou a manutenção da pesca artesanal, pois garantida a entrada no sistema capitalista do trabalho, a pesca tradicional estava protegida, tanto pelas escalas de trabalho em turnos, que possibilitava a pesca noturna ou o arrasto de praia nas manhãs bem cedo, tanto quanto pela vulnerabilidade que representava a espera pelo peixe como única fonte de renda (Britto, 1999). O que era sobrevivência passou a ser prazer, sem perder as características tradicionais e profissionais da extração do recurso natural do mar e sua venda ainda na praia.

Com a decadência, privatização e fechamento da CNA na década de 1990, pôde-se perceber a importância econômica da pesca para a pequena vila de pescadores, uma vez que, o número de empregados na empresa era de apenas 720 empregados, sendo que apenas 200 deles eram locais. Isso representava apenas 3% da população local, descontadas as oriundas de imigrações atraídas pela indústria e que ali permaneceram por ser a pesca artesanal uma alternativa de sobrevivência (Prado, 2000).

Percorremos esse caminho até chegarmos ao ano de 1992, com a chegada do IBAMA à região com o Escritório Regional em Cabo Frio (EREG-IBAMA-CF) e o despertar para a mobilização que culminou na criação da RESEX_MAR_AC.

2– A Reserva Extrativista Marinha de Arraial do Cabo

2.1. Quem são os atores envolvidos?

Neste capítulo, buscaremos descrever os atores sociais e agentes institucionais envolvidos na organização das mobilizações que antecederam a criação da RESEX e passaram a fazer parte da gestão compartilhada do território e dos recursos naturais nele existentes. Não nos preocupamos aqui em elenca-los de forma hierárquica de importância ou de poder sobre o território, pois partimos da premissa de que a criação da unidade de conservação de uso sustentável deve-se em primeiro lugar a presença dos pescadores artesanais (população tradicional), como preconiza a legislação vigente à época, tanto quanto a atual.

O Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Renováveis (IBAMA), através do Conselho Nacional para o Desenvolvimento Sustentado das Populações Tradicionais (CNPT) era o órgão responsável pela supervisão do processo de criação de uma Reserva Extrativista Marinha, até a regulamentação da lei do SNUC (Lobão, 2006).

O CNPT foi criado em 1992, dentro da estrutura do IBAMA e com a criação do Instituto Chico Mendes da Biodiversidade (ICMBIO) em 2007, foi incorporado a estrutura desse órgão, porém com outras funções e atividades com sua reestruturação em 2009.

Nesse sentido, o IBAMA/CNPT foi de fundamental importância na sensibilização, mobilização e conscientização da população tradicional, sobre os riscos e ameaças que estariam por vir, caso não houvesse uma forma de mitigar os impactos ambientais provocados pela pesca predatória, pelo aumento expressivo do fluxo de turistas no verão, o aumento das operações no Porto do Forno e a poluição das praias por esgoto, principalmente na Praia dos Anjos. E a forma encontrada, já presente na legislação anterior a lei do SNUC foi a criação da Reserva Extrativista Marinha.

Foi por intermédio do CNPT que a partir de abril de 1995, após três visitas de seu chefe, Rafael Pinzon Rueda a Arraial do Cabo, passaram a ocorrer de forma

intensa as reuniões, encontros e debates entorno da criação da Resex, com a participação de 25 entidades locais e regionais, com grande participação dos pescadores artesanais de todas as praias.

Cabe aqui um breve comentário acerca da rivalidade existente entre pescadores da Praia Grande e pescadores da Praia dos Anjos, para citar apenas um exemplo de conflito permanente na aldeia de pescadores. Reunir pescadores de todas praias, foi por si só, uma grande vitória das mobilizações do escritório avançado do IBAMA em Cabo Frio, principalmente por intermédio do biólogo Fábio Fabiano que conseguiu sensibilizar a classe como um todo da importância de uma medida que mitigasse os impactos da pesca predatória e do turismo desordenado no município, que por sua vez causava grande desordem urbana àquela altura.

A Colônia de Pescadores Z-5 de Arraial do Cabo, localizada na Praia dos Anjos, pode ser considerada a primeira forma de organização social, política e associativa da pesca artesanal local, assim como em todas as partes do litoral brasileiro e em regiões ribeirinhas da Amazônia. Sob a tutela da Marinha do Brasil, a Colônia de Pescadores de Arraial do Cabo foi fundada em 1921 e foi, durante muitos anos, o único ponto de agregação dos pescadores, no trato com a Capitania dos Portos, com as políticas públicas que envolviam a pesca artesanal e com as primeiras políticas ambientais. Apoiou a criação da Resex, porém seus dirigentes não aceitaram facilmente a criação de uma associação com a função específica de tocar junto com o IBAMA/CNPT, hoje sob a responsabilidade do ICMBio, a gestão compartilhada da unidade de conservação. Este talvez tenha sido o primeiro dos grandes conflitos ocorridos imediatamente após a criação da Resex.

A criação da Associação da Reserva Extrativista Marinha de Arraial do Cabo (AREMAC) foi uma imposição do processo de criação da RESEX, com o intuito de atuar como gestora da unidade de conservação de forma compartilhada com o poder público, aqui representado pelo IBAMA/CNPT (Lobão, 2000). Desta forma, a administração da reserva não ficou a cargo da Colônia de Pesca ou qualquer outra associação já existente, mas por outro lado também não representou a extinção de nenhuma entidade já existente. Mas isso não foi aceito de bom grado pelas demais entidades, conforme falaremos mais a frente.

A Associação dos Pescadores de Arraial do Cabo (APAC) localizada na Praia Grande, onde se instalou por um período a AREMAC e também já foi no passado a sede provisória do IBAMA, quando da chegada deste órgão ao município (Lobão, 2006). É talvez a associação mais aguerrida, com mais capacidade de mobilização, por representarem o maior número de pescadores locais, lutarem abertamente pelo seu espaço de produção, a praia, inclusive com inúmeros conflitos com os surfistas. Promove os festivais de lula e podemos dizer que é quem produz a marca identitária dos cabistas. Foi uma das primeiras entidades a enviar ofício ao chefe do CNPT/IBAMA, insistindo na urgência do parecer do órgão federal sobre a criação da reserva extrativista, anexando abaixo assinados de entidades representativas e dos pescadores como pessoas físicas.

A Agência da Capitania dos Portos de Cabo Frio foi uma das entidades que apoiou o Projeto de Criação da RESEX enviado à Brasília em setembro de 1996. É a entidade da Marinha do Brasil responsável pelo registro de embarcações de pesca, rebocadores, navios e as pequenas embarcações de recreio. Além disso, são os responsáveis pela circulação marinha e o fundeio de embarcações no Porto do Forno, plataformas da Petrobrás e praticagem para a manobra dos navios cargueiros.

O Instituto de Estudos do Mar Almirante Paulo Moreira (IEAPM), por sua presença na Praia dos Anjos e com pesquisas concretizadas na região, garantiu com a participação de seus pesquisadores no Comitê Técnico Científico da RESEX, o conhecimento necessário para o estabelecimento de parâmetros para a preservação da biodiversidade nos limites da reserva e arredores, alimentando e enriquecendo os debates nas reuniões e assembleias que ocorridas ao longo das mobilizações, numa troca constante de saberes científicos com os saberes tradicionais dos pescadores.

Dentre as pesquisas desenvolvidas pelo IEAPM, podemos destacar a Produção Primária de Macroalgas Bentônicas, a quantificação de zôo e fitoplâncton, os estudos para a implantação de criação de mexilhões e ostras na Enseada da Praia do Forno, os levantamentos das espécies endêmicas de peixes, crustáceos,

moluscos e corais e estudos com ênfase nos riscos ocasionados por espécies exóticas trazidas por água de lastro nos navios que atracavam em Arraial do Cabo.

A Fundação Instituto da Pesca de Arraial do Cabo (FIPAC), instituição ligada a Prefeitura local, foi responsável por realizar os estudos da captura de pescado na marina de Arraial do Cabo, num levantamento detalhado do ponto de vista qualitativo e quantitativo, listando as espécies de peixes mais capturadas na região entre 1992 e 1995, que serviram de base para um embasamento empírico sobre a fragilidade da biodiversidade local, frente ao aumento da pesca predatória, do número de embarcações de turismo náutico, bem como do boom da especulação imobiliária que trouxe uma desordem generalizada na ocupação e uso do solo urbano.

No documento intitulado “Acompanhamento e Avaliação da Atividade Pesqueira Municipal no período de 1992 a 1995”, o qual tivemos acesso através do acervo da agência do ICMBio local numa de nossas visitas de campo, a FIPAC com apoio da Prefeitura Municipal de Arraial do Cabo na gestão do prefeito David Dutra, faz uma radiografia bastante realista do que se passava no setor da pesca artesanal naquele momento, detalhando as instalações físicas de que dispunha o município, a quantidade de embarcações, a quantidade de famílias que viviam da pesca artesanal, bem como a vulnerabilidade da biodiversidade marinha local, em função da falta de ordenamento do uso ordenado e responsável dos recursos naturais, cujos maiores prejudicados eram e ainda são, os pescadores artesanais locais.

O poder local, através do prefeito eleito em 1992, David Dutra estabeleceu contato com o CNPT em apoio ao projeto de criação da reserva pelo biólogo Fábio Fabiano do IBAMA, inclusive trazendo ao município por duas ocasiões o chefe daquele órgão, Rafael Rueda. Pelo Roteiro de Criação de uma Reserva Extrativista daquele órgão, havia requisitos formais e organizacionais, o que foi de fundamental importância esse apoio da Prefeitura local no sentido de institucionalizar uma demanda dos pescadores locais com vistas à criação da reserva extrativista.

O Programa de Pós-Graduação em Antropologia e Ciência Política (PPGACP), da Universidade Federal Fluminense (UFF) foi uma grande parceira do escritório avançado do IBAMA, do poder local e mais importante, da comunidade de

pescadores artesanais que compunham a porção essencial de população tradicional que completava os requisitos para a criação da RESEX. Pesquisadores com experiências em outros roteiros de criação de reservas, como a Resex de Itaipu, como Roberto Kant de Lima, Marco Antônio Mello, Ronaldo Lobão, dentre outros, se juntaram à luta da comunidade de pescadores locais, para com o entusiasmo e envolvimento de Fábio Fabiano do IBAMA, concretizar uma luta que começou em 1993, de forma quase casual.

A Associação de Turismo de Arraial do Cabo (ATAC), embora não tenha participado como apoiadora do movimento para a criação da Resex, por ter seus interesses contrariados pelas diretrizes propostas pelo CNPT/IBAMA, comunidade de pescadores e pelos órgãos que a representavam, merece ser citada com destaque, uma vez que, sendo contra ou a favor seria uma usuária da reserva não como extrativista, mas como um agente local cujos passeios, mergulhos e práticas náuticas deveriam estar obrigatoriamente enquadradas nas regras a serem criadas para o ordenamento e utilização do espaço destinado a Reserva Extrativista Marinha de Arraial do Cabo em seu Plano de Utilização.

Nesse balaio de conflitos, desafios e contradições, é necessário para compreender a dinâmica sociopolítica da comunidade de pescadores artesanais, entender como são tratados os cabistas ou “os da terra” e como são tratados os caringôs, como são chamados “os de fora”. A máxima “Ser cabista é ser pescador” (Britto, 1999) define bem como se identificam os pescadores locais quando instados a falar de suas tradições, como era a vida na aldeia antes da chegada da Companhia Nacional de Álcalis e depois dela.

Portanto, os atores sociais envolvidos de alguma maneira no processo de criação da Reserva Extrativista Marinha de Arraial do Cabo, observada neste trabalho como uma política pública conquistada pela população tradicional local, tiveram protagonismos distintos ao longo das assembleias e das gestões junto aos órgãos competentes na elaboração de pareceres que, de tempos em tempos, avaliavam o conteúdo das atas das reuniões, os abaixo-assinados, os embates entre instituições locais, de modo a construir um modelo equilibrado que atendesse às demandas dos pescadores artesanais e do órgão ambiental.

2.2. O processo de criação da Reserva Extrativista Marinha

O Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC), criado pela Lei 9.985/2000 que regulamentou o artigo 225, § 1º, incisos I, II, III e VII da Constituição Federal de 1988, é o conjunto de unidades de conservação (UC) federais, estaduais e municipais, que são classificadas em 12 categorias, cujos objetivos específicos se distinguem quanto à forma de proteção e utilização permitida.

O SNUC foi concebido com o intuito de fortalecer o papel das Unidades de Conservação, de forma que sejam planejadas e gerenciadas de forma integrada com as demais UC, assegurando que os diversos tipos de ecossistemas, populações e habitats possam estar representados em todo o território nacional e nas águas jurisdicionais. Para tanto, envolve as três escalas de governo (federal, estadual e municipal).

Nesse contexto, o SNUC busca como estratégia além da conservação dos ecossistemas e a biodiversidade, a possibilidade de geração de renda, emprego, desenvolvimento e melhoria da qualidade de vida das populações locais, no caso das reservas extrativistas especificamente, às populações tradicionais.

O artigo 4º da lei 9.985/2000 enumera os objetivos do Sistema Nacional de Unidades de Conservação (Brasil, 2000):

- I. Contribuir para a conservação das variedades de espécies biológicas e dos recursos genéticos no território nacional e nas águas jurisdicionais;
- II. Proteger as espécies ameaçadas de extinção;
- III. Contribuir para a preservação e a restauração da diversidade de ecossistemas naturais;
- IV. Promover o desenvolvimento sustentável a partir dos recursos naturais;
- V. Promover a utilização dos princípios e práticas de conservação da natureza no processo de desenvolvimento;
- VI. Proteger paisagens naturais e pouco alteradas de notável beleza cênica;
- VII. Proteger as características relevantes de natureza geológica, morfológica, geomorfológica, espeleológica, arqueológica, paleontológica e cultural;
- VIII. Proteger e recuperar os recursos hídricos e edáficos;

- IX. Recuperar ou restaurar ecossistemas degradados;
- X. Proporcionar meio e incentivos para atividades de pesquisa científica, estudos e monitoramento ambiental;
- XI. Valorizar econômica e socialmente a diversidade biológica;
- XII. Favorecer condições e promover a educação e a interpretação ambiental e a recreação em contato com a natureza; e
- XIII. Proteger os recursos naturais necessários à subsistência de populações tradicionais, respeitando e valorizando seu conhecimento e sua cultura e promovendo-as social e economicamente.

Observa-se que os objetivos postos na legislação são bastante abrangentes e ousados do ponto de vista da efetividade, quando olhamos um pouco adiante da implantação da política pública com a criação das unidades de conservação.

As unidades de conservação integrantes do SNUC dividem-se em dois grupos, com características específicas: as Unidades de Proteção Integral e as Unidades de Uso Sustentável, conforme artigo 7º da lei 9.985/2000 (Brasil, 2000).

O grupo das Unidades de Proteção Integral é composto pelas seguintes categorias de UC, conforme artigo 8º da lei do SNUC (Brasil, 2000):

- I. Estação Ecológica;
- II. Reserva Biológica;
- III. Parque Nacional;
- IV. Monumento Natural;
- V. Refúgio da Vida Silvestre

Cada uma dessas categorias possui seus objetivos e definições próprias, que não é objeto dessa pesquisa se aprofundar em cada uma delas.

No grupo das Unidades de Uso Sustentável estão elencadas as seguintes categorias, conforme artigo 14 da lei do SNUC:

- I. Área de Proteção Ambiental;
- II. Área de Relevante Interesse Ecológico;
- III. Floresta Nacional;
- IV. Reserva Extrativista

- V. Reserva de Fauna;
- VI. Reserva de Desenvolvimento Sustentável; e
- VII. Reserva Particular do Patrimônio Natural.

A categoria de Reservas Extrativistas no contexto do Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC) tem sido objeto de monitoramento, acompanhamento e investigação por diversos centros de pesquisa, universidades e movimentos sociais em todo o país, desde as mobilizações capitaneadas por Chico Mendes com os seringueiros de Xapuri, no Acre que iniciou todo o processo e uma nova visão no entendimento sobre a combinação entre conservação ambiental e uso sustentável dos recursos naturais, com gestão compartilhada ou cogestão.

Com as Reservas Extrativistas Marinhas, particularmente a RESEX de Arraial do Cabo, não foi diferente. Inúmeras monografias, dissertações, teses, artigos e livros foram, são e ainda serão publicados como registros de pesquisas realizadas com diversas metodologias, tendo como centralidade a pesca tradicional, os pescadores artesanais, os conflitos socioambientais, seus avanços e desafios após a criação da RESEX-MAR-AC.

As populações tradicionais da zona costeira brasileira ganham a atenção de órgãos públicos, centros de pesquisa, que aplicam estudos etnográficos (DIEGUES, 2003), antropológicos (Lobão, 2006), biológicos (Fonseca-Kruel & Peixoto, 2004), sociais (Cunha, 2000) e econômicos (da Vinha, 2009), formulando questões que levam todos os atores sociais e institucionais a reflexão sobre a eficácia e a eficiência da política pública socioambiental, concatenada com a criação do SNUC e em particular das reservas extrativistas marinhas, nosso objeto de estudo.

O aumento da pesca predatória na região costeira de Arraial do Cabo era evidente desde a década de 1980, pela quantidade de barcos pesqueiros que invadiam a costa da vila de pescadores, principalmente a costa da Praia Grande para o cerco a cardumes, prejudicando a pesca tradicional de arrasto de praia, realizada em canoas e reduzindo expressivamente os estoques de pescado, notadamente a anchova.

Percebendo o crescente impacto na pesca local através de sua convivência com os pescadores da terra, com os dados quantitativos do desembarque de pesado da Fundação Instituto da Pesca de Arraial do Cabo (FIPAC) o biólogo Fábio Fabiano, analista ambiental do IBAMA iniciou um movimento junto aos pescadores artesanais e instituições locais, com vistas ao projeto de criação da Reserva Extrativista Marinha, no ano de 1993, uma vez que tentativas anteriores de se aprovar um corredor de proteção para a pesca no litoral do Cabo não surtiram efeito.

Informado por uma amiga, servidora pública federal em Brasília que foi visitá-lo a respeito da criação da Reserva Extrativista Marinha de Pirajubaé, Santa Catarina, Fábio arregaçou as mangas e fez gestões junto às partes interessadas e as instituições locais no sentido de dar início ao processo de criação da reserva.

Com o engajamento da Prefeitura local pode-se estabelecer contato com o CNPT, que sensibilizado com a iniciativa dos pescadores artesanais e o empenho do analista ambiental do IBAMA, visitou Arraial do Cabo em duas ocasiões, uma em agosto de 1995 e a outra em janeiro de 1996. Rafael Rueda, então na chefia daquele órgão e David Dutra, o prefeito eleito de Arraial do Cabo, assim como Fábio Fabiano, foram fundamentais para que o projeto fosse viabilizado e enviado a Brasília em tempo recorde. A UFF através do Programa de Pós-Graduação em Antropologia e Ciência Política (PPGACP) também foi uma parceira desde o início do processo, que foi enviado ao CNPT, em Brasília no mês de setembro de 1996, com o apoio de vários órgãos municipais, estaduais e federais, incluindo a Capitania dos Portos, a Fundação Instituto de Pesca do Estado do Rio de Janeiro (FIPERJ) e a Colônia de Pescadores de Arraial do Cabo (Lobão, 2006).

O ano de 1995 foi decisivo para que a mobilização dos pescadores ganhasse tamanho, forma e repercussão local, regional e nacional e culminasse na confecção do processo enviado a Brasília no ano seguinte.

Em 27 de abril de 1995, uma grande assembleia foi convocada para o Centro Cultural Manoel Camargo, em Arraial do Cabo, com a presença de 25 entidades que assinaram o “Manifesto de Apoio à Criação da Reserva Extrativista Marinha de Arraial do Cabo” e assinada também por cerca de 200 pescadores artesanais locais, estudantes e alguns vereadores.

Entre as instituições presentes e signatárias do manifestos de apoio à criação da Resex, estavam a Associação Municipal dos Estudantes Cabistas, a Federação das Associações do Município de Arraial do Cabo, Associação de Moradores da Vila Industrial, Secretaria Regional da Lagoa de Araruama, Associação de Pais e Amigos de Arraial do Cabo, o Tupy Esporte Clube, o Movimento Ressurgência, o IEAPM, a Guarda Portuária, a Companhia Nacional de Álcalis, o IBAMA, a Associação de Pescadores de Arraial do Cabo, a Fundação Instituto de Pesca do Estado do Rio de Janeiro (FIPERJ), Associação de Aposentados de Arraial do Cabo, o Lions Club, o Sebrae Arraial do Cabo, Associação Comercial e Industrial de Arraial do Cabo, três vereadores, além do Conselho Municipal da Criança e do Adolescente.

Pode-se observar que a variedade de representações locais, regionais e nacionais foi fruto de uma mobilização e um empenho muito grande dos representantes do IBAMA em Cabo Frio e Arraial, da Prefeitura Municipal e principalmente da convocação “boca a boca” entre os pescadores artesanais que vieram a dar corpo a uma iniciativa até então tímida com idas e vindas que não deixavam certeza na possibilidade real da criação da Resex.

Observa-se ainda que muitas das instituições aderentes ao manifesto de apoio, mais tarde viriam se envolver em intermináveis conflitos de toda a ordem. Desde a instituição da associação que ficaria responsável pela gestão compartilhada e participativa da Reserva Extrativista Marinha, até a definição de autorização para fundeio de navios e plataformas offshore no Porto do Forno. Portanto, o apoio expressivo, numeroso e plural não significava necessariamente unanimidade ou um acordo perfeito e sinérgico em torno da criação da reserva e suas implicações.

Além de signatários do Manifesto, a Associação de Pescadores de Arraial do Cabo, a Cooperativa Mista de Pescadores de Arraial do Cabo, a Colônia de Pescadores de Arraial do Cabo e a Prefeitura Municipal de Arraial do Cabo enviaram ofício ao CNPT/IBAMA dirigidos ao então chefe deste órgão, Rafael Pinzón Rueda, solicitando apoio à criação da Reserva Extrativista Marinha de Arraial do Cabo, com uma breve exposição de motivos da importância observada por cada entidade e seus associados ou cidadãos, no caso do poder municipal.

No dia 23 de maio de 1995, a Prefeitura Municipal de Arraial do Cabo, através do gabinete do Prefeito David Dutra de Oliveira, publica o ofício 241/95 em que destaca a resposta ao ofício do IBAMA de 08 de fevereiro de 1995, com o abaixo assinado de cerca de duzentos pescadores, das vinte e cinco entidades apoiadoras, além de formalizar um convite para uma visita do chefe do CNPT/IBAMA ao município, para conhecer *in loco* a importância da pesca para a economia, a tradição e a cultura local.

A partir desse ofício do gabinete do prefeito, são enviados ofícios à Brasília pela Associação de Pescadores de Arraial do Cabo em 30 de maio de 1995, pela Cooperativa Mista dos Pescadores de Arraial do Cabo em 06 de junho de 1995 e da Colônia de Pescadores Z-5 do Município de Arraial do Cabo em 10 de julho de 1995, todas dirigidas ao chefe do CNPT/IBAMA, Sr. Rafael Pinzón Rueda que visitaria a municipalidade em agosto de 1995.

A visita do chefe do CNPT/IBAMA, Rafael Pinzón Rueda no início de agosto de 1995, proporcionou à comunidade de pescadores uma motivação extra e uma injeção de confiança de que a criação da Resex Marinha de Arraial do Cabo era uma questão de tempo e de trâmites burocráticos junto aos órgãos envolvidos, bem como o atendimento às exigências da legislação vigente.

No dia 07 de agosto de 1995, o chefe do CNPT/IBAMA assina o Parecer-CNPT - 016/95 em que faz uma exposição de sua visita a Arraial do Cabo entre os dias 01 e 03 de agosto, relatada como uma vistoria, conforme exigência da Portaria IBAMA 51-N de 11 de maio de 1994, onde atesta a presença da “população tipicamente tradicional que vive há várias gerações do extrativismo de recursos pesqueiros”, aponta a abundância de recursos marinhos atestada pelas instituições de pesquisa locais e regionais, descreve as categorias e variedades de pesca artesanal e, por fim, aprova e autoriza a continuidade do processo de criação da reserva extrativista (Anexo 1).

Com o parecer favorável a criação da Resex, o chefe do CNPT/IBAMA apontava ao final do documento algumas diretrizes e cuidados a serem seguidos para o sucesso da implantação e do atendimento das expectativas da população tradicional local, principalmente um trabalho que tornasse a Associação de

Pescadores mais atuante e participativa, criando núcleos de base em cada praia e que permitisse um protagonismo maior destes em relação ao seu território.

Outra recomendação do CNPT/IBAMA após a visita de vistoria foi dar início ao rascunho para o futuro Plano de Utilização, mediante consulta a todos os pescadores com a realização de reuniões periódicas. Esses pescadores deveriam ser cadastrados por meio de formulário próprio que conseguissem retratar a sua realidade socioeconômica.

Por fim, o Parecer requer a juntada dos estudos biológicos que revelam as riquezas naturais marinhos da costa de Arraial do Cabo e solicita um memorial descritivo que permita definir os limites da Resex, incluindo mapas da região.

Concomitantemente à vistoria técnica do CNPT/IBAMA ao território de pescadores artesanais, a Prefeitura Municipal de Arraial do Cabo, por intermédio da Fundação Instituto de Pesca de Arraial do Cabo (FIPAC), desenvolvia junto com outras entidades colaboradoras e apoiadoras da criação da Resex, o estudo “Acompanhamento e Avaliação da Atividade Pesqueira Municipal no Período de 1992 a 1995”. O documento que tivemos acesso em visita ao escritório do ICMBio em Arraial do Cabo, traz detalhado relatório da captura de pescados no município, com descrição de espécies, quantidade de captura de cada espécie, em unidades e em quilogramas, além de especificação do número e tipos de embarcações presentes na marina local, as estruturas físicas existentes e as demandas e carências da comunidade de pescadores.

O estudo, bem estruturado e com características de um trabalho acadêmico, apresenta as características do município, as justificativas para a criação da Reserva Extrativista Marinha, os resultados obtidos na coleta de dados estatísticos e um relato interessante acerca das modalidades de pesca local, seus apetrechos, mapas com os pontos de pesca e gráficos como demonstrativos estatísticos da captura nos três anos recortados para o estudo.

Destacamos aqui alguns pontos dos resultados desse acompanhamento e avaliação, que pensamos ser de grande importância para a tomada de decisão do órgão ambiental responsável pelo parecer favorável a criação da Resex em 1997.

Os resultados da estatística pesqueira apontavam um aumento de captura muito significativo entre os anos de 1992 e 1995 e refletem segundo a conclusão do relatório, a intensidade do fenômeno da ressurgência nesse período e por consequência a abundância de oferta alimentar na cadeia produtiva marinho costeira. Os anos de maior captura são 1994 e 1995, com uma produção pesqueira de 1.869.069 Kg e 3.171.306 Kg respectivamente, correspondendo a um incremento de 70% entre 1994 e 1995 e de 146% entre 1993 e 1995, confirmando um aumento real na captura.

Os resultados apontam ainda outra possível explicação para o aumento expressivo na captura de pescado no período, o que de fato, pode ter colaborado para o aumento do estoque pesqueiro na costa de Arraial do Cabo, qual seja, o combate a pesca predatória, desenvolvido e administrado pela FIPAC em parceria com o IBAMA, através da Portaria Nº 43 de 11 de abril de 1994, que proibiu a pesca de arrasto a menos de 2 milhas da costa, realizado principalmente pelas traineiras, cujo esforço é evitar a captura indiscriminada da espécies de peixes que podem regenerar novos cardumes tais como a anchova e a sardinha verdadeira, espécies que foram destaque no incremento apontado no relatório de acompanhamento e avaliação de captura de pescado no período.

O estudo acima citado foi incorporado ao processo denominado “Projeto Reserva Extrativista Marinha de Arraial do cabo” endossada pelo Ministério do Meio Ambiente (MMA), pelo Instituto do Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), pelo Centro Nacional de Desenvolvimento Sustentado das Populações Tradicionais (CNPT) e pela Superintendência Regional do IBAMA no Estado do Rio de Janeiro – SUPES – RJ e enviado como anexo ao ofício sem número de 18 de junho de 1996 ao Gabinete da Vice- Ministra do Meio Ambiente, Aspásia Camargo para sua análise técnica e o seu apoio pessoal e institucional, além da urgência do encaminhamento no prazo máximo de 30 dias ao CNPT/IBAMA, no intuito de consubstanciar novo Parecer daquele órgão e dar enfim concretude à criação da Resex.

Protocolado em 21 de junho de 1996 o ofício assinado pelo Prefeito David Dutra de Oliveira, o documento passou por um processo de tramitação célere, como

pude verificar manuseando e analisando documentos que fazem parte do processo de criação da Resex, franqueados à pesquisa pelo escritório do ICMBio em Arraial do Cabo. No Sistema de Gerenciamento e Controle de Documentos da Secretaria Executiva do MMA, observa-se a chegada do ofício na data acima e seu fluxo por outras secretarias do órgão federal nos dias 12, 16 e 24 de julho, quando é encaminhado a Chefia de Gabinete do IBAMA através do ofício nº 124 de 16 de agosto de 1996, solicitando parecer daquele órgão.

Em Nota Técnica o IBAMA acata a solicitação da Prefeitura Municipal de Arraial do Cabo, atestando em seu teor:

A conclusão que temos nessa análise é que a proposta atende as duas grandes premissas para se obter a Conservação e o Uso Sustentáveis dos Recursos Naturais.

A Primeira refere-se à necessidade de manutenção de conhecimentos tradicionais da comunidade como mecanismo de garantia de conservação dos recursos naturais. A segunda premissa é a incorporação destas comunidades no processo de gestão dos recursos.

Criada a Reserva Extrativista Marinha de Arraial do Cabo, após três meses de tramitação em Brasília, por meio do Decreto Sem Número do Presidente Fernando Henrique Cardoso de 03 de janeiro de 1997, com a definição dos seguintes limites, conforme Artigo 1º do referido decreto:

Fica criada a Reserva Extrativista Marinha de Arraial do Cabo, no município de Arraial do Cabo, Estado do Rio de Janeiro, compreendendo um cinturão pesqueiro entre a praia de Massambaba, na localidade da Pernambuco, e a praia do Pontal, na divisa com o município de Cabo Frio, incluindo a faixa marinha de três milhas da costa de Arraial do Cabo, conforme a seguinte descrição baseada em coordenadas geográficas aproximadas: Limite Oeste: Latitude Sul – 22º 56” 21’ – Longitude Oeste 42º 18” 02’ – Limite Nordeste: Latitude Sul 22º 56” 00’ – Longitude Oeste 41º 55” 30’ – Limite Sueste: Latitude Sul – 23º 04” 00’ – Longitude Oeste – 41º 55” 30’ – Limite Sudoeste: Latitude Sul – 23º 04” 00’ – Longitude Oeste 42º 18” 02”.



Fonte: Sítio Eletrônico do IBGE

Surgem então novos desafios como a criação da Associação dos Pescadores da Reserva Extrativista de Arraial do Cabo (AREMAC), a discussão sobre o Plano de Utilização da Resex e a definição de quem seriam os usufrutuários e cogestores da unidade de conservação, num processo ora incluyente, ora excluyente, em um contexto altamente conflituoso como veremos mais adiante.

A criação da AREMAC, como associação com a finalidade de gestão compartilhada da Resex, como determina o Decreto 98.897/90, aconteceu em julho de 1997, poucos meses após a criação da Unidade de Conservação de Uso Sustentável que ocorrera em janeiro do mesmo ano, completando assim o ciclo de criação da Resex e atendendo aos requisitos da legislação vigente.

A luta agora era pela elaboração do Plano de Utilização da Reserva Extrativista Marinha de Arraial do Cabo, que envolvia uma costura de negociações intermináveis com atores sociais com interesses muitas vezes antagônicos. Duraram quase dois anos, até que fosse aprovada pelo órgão ambiental em fevereiro de 1999

Contando mais uma vez com a liderança do biólogo Fábio Fabiano, a direção da AREMAC, do Comitê Técnico Científico da Resex, passou-se às discussões e debates dos limites para a utilização ordenada na área da Resex, que finalmente é

aprovada pela Portaria 17-N do IBAMA em 18 de fevereiro de 1999 e publicada no diário oficial da União em 19 de fevereiro de 1999.

O Plano de Utilização da Reserva Extrativista Marinha de Arraial do Cabo traz um detalhamento do que é permitido pescar nos limites da reserva, em cada modalidade, com o objetivo de garantir um extrativismo sustentável dos recursos naturais e a renovação do estoque de pescado, apontando algumas restrições tais como a pesca noturna de qualquer modalidade, exceto a pesca da lula por suas especificidades e ser uma modalidade de captura eminentemente noturna.

O grande foco do Plano de Utilização da Resex diz respeito a cogestão entre pescadores, através da AREMAC e o IBAMA, através do ICMBio, apontando cada extrativista da unidade de conservação como um fiscal com obrigações junto a AREMAC e ao gestor da Resex.

A figura do Fiscal Colaborador na verdade surge com a resolução CONAMA 003/88 que constitui os chamados “mutirões ambientais” e passa a permitir que entidades da sociedade civil com fins ambientais, participem com seus membros da fiscalização das unidades de conservação, inclusive com poder de lavrar autuações, devendo estar previamente credenciados no órgão ambiental e devidamente treinados. Exige-se para cada grupo de três Fiscais Colaboradores, a presença de um servidor público titular de poder de polícia ou na ausência de um servidor o grupo deverá ser constituído por no mínimo cinco Fiscais Colaboradores. A inovação ganhou corpo e repercussão, sendo testada em outras unidades de conservação.

Em Arraial do Cabo dezenas de pescadores, catadores de mexilhões e vigias de pesca de arrasto receberam o treinamento do IBAMA e passaram a fiscalizar e colaborar com a gestão compartilhada da Resex entre a AREMAC e o órgão ambiental.

Ronaldo Lobão, mostra em sua tese de mestrado que na prática a experiência mostrou-se negligente em alguns momentos de lavrar um auto de infração. Os pescadores “de fora” eram firmemente advertidos, impedidos de pescar ou tendo seus petrechos de pesca e barcos apreendidos, enquanto os “de dentro” eram aliviados mesmo quando flagrados em atos ilícitos frente ao Plano de Utilização da

Resex ou à legislação ambiental a que todos estamos submetidos. Está formada mais uma forma de conflito dentro da gestão da reserva extrativista.

Outro ponto bastante interessante presente no Plano de Utilização da Resex diz respeito ao respeito ao direito consuetudinário, como pode ser visto no item 5 do instrumento normativo, que trata das “Intervenções da Pesca de Canoa” onde é mantido o “direito de vez” que regulam a “corrida de canoas” e suas respectivas “marcas de pescarias”, respeitando assim os acordos entre as “companhas” devidamente registrados na AREMAC.

Cabe aqui uma breve explicação sobre a forma de organização e divisão do trabalho, na modalidade de pesca de arrasto de praia, embora não seja objeto dessa pesquisa, tomaremos emprestado do trabalho de Rosyan Britto (Britto, 1999) alguns conceitos que retratam a realidade da pesca artesanal.

O conhecimento naturalístico é muito importante na pesca em geral, mas muito mais na pesca de arrasto de praia, onde o conhecimento das marés, ventos, tendências meteorológicas, como viradas de tempo ou chegada de uma ressaca, são fundamentais para a escolha do momento da “corrida das canoas” em direção ao mar, bem como a sinalização do vigia de pesca que com gestos reconhecidos por todos os companheiros, aponta a aproximação de um cardume da praia.

Cada companhia é composta por nove homens com funções específicas e articuladas, que possuem designações bastante peculiares: vigia, mestre, chumbereiro, corticeiro, proeiro, meeiro, reeiro, contra-ré e cabeiro. Os membros desse grupo se reconhecem pela categoria de *companheiros* (Britto, 1999).

Nesse grupo de companheiros, o vigia e o cabeiro desenvolvem seu trabalho em terra, enquanto os outros integram o pessoal da canoa. Dessa forma o grupo de trabalho se divide em duas equipes: a de terra e a de mar.

Com a promulgação da lei do SNUC no ano 2000, após mais de dez anos de discussões no Congresso Nacional, bem como o decreto 4.340 de agosto de 2002 que a regulamentou, trazem como novidade para a gestão da Resex a figura do Conselho Deliberativo no lugar das associações locais. Este Conselho deveria ser

formado por representantes do poder público e da sociedade civil organizada e das populações tradicionais, preferencialmente de forma paritária (Lobão, 2006).

Além disso, introduziu-se como instrumento de gestão o Plano de Manejo com um roteiro extremamente sofisticado publicado pelo IBAMA em 2004, que colocava em xeque toda a criação coletiva do Plano de Utilização de Reservas Extrativistas Marinhas criadas antes da lei do SNUC, casos de Pirajubaé e Arraial do Cabo.

Como mostrado anteriormente, O Plano de Utilização da Resex Marinha de Arraial do Cabo foi um processo de construção negociada entre vários atores sociais com interesses diversos, amplamente explicitados, debatidos e votados nas assembleias da AREMAC, que envolveram não só o saber naturalístico da população tradicional, como também o saber científico representado por pesquisadores convidados ao debate, tanto da UFF como do IEAPM.

Essas mudanças vieram a acirrar ainda mais alguns conflitos que andavam apaziguados e atrasou sobremaneira a instituição do Conselho Deliberativo da Reserva Extrativista de Arraial do Cabo, que só veio a ser aprovado e publicado em diário oficial em 27 de agosto de 2010, por meio da Portaria 77 do ICMBio.

A referida Portaria do ICMBio traz a composição do Conselho Deliberativo da Resex, cujas instituições representadas são: O ICMBio, o IBAMA, a Marinha do Brasil, O Instituto Estadual do Ambiente (INEA), a Companhia Municipal de administração Portuária (COMAP), a Associação de Turismo de arraial do Cabo (ATAC), a Associação de Turismo Náutico de arraial do Cabo (ATURNAC), a Associação das Empresas de Mergulho Recreativo e Turístico e Lazer de arraial do Cabo, Associação de Moradores e Amigos da Praia Grande, do Morro da Boa Vista, da Praia dos Anjos, da Prainha, da Cabocla e a Prefeitura Municipal de Arraial do Cabo.

As comunidades passam a ser representadas pela Colônia de Pescadores Z-5, Associação de Pescadores de Arraial do Cabo (APAC), Associação dos Coletadores e Criadores de Mexilhão de Arraial do Cabo (ACRIMAC), Associação dos Pescadores Artesanais de Canoa de Rede da Praia dos Anjos (APESCARPA),

Associação de Verdadeiros Pescadores e Turismo de Bocas Abertas de Arraial do Cabo, Associação do Moradores e Amigos da Restinga dos Clubes e Caiçaras (AMAREC), Associação de Pescadores Artesanais de Traineiras de Arraial do Cabo (APATAC), Associação dos Pescadores e Amigos da Praia do Pontal (APAPP), União das Entidades de Pesca e Aquicultura do Estado do Rio de Janeiro (UEPA/RJ), Associação dos Pescadores de Caíco de Arraial do Cabo (APESCAC), Associação da Reserva Extrativista Marinha de Arraial do Cabo (AREMAC), Associação de Barqueiros Tradicionais da Beira da Praia dos Anjos (ABTBPA), Representante dos Pescadores da Prainha).

Podemos observar que, apesar de ampliar o leque de participação da comunidade tradicional de pescadores locais, com representantes de praticamente todas as modalidades de pescaria e embarcações, o Conselho Deliberativo imposto pela nova legislação que criou o SNUC, reduz significativamente o protagonismo da AREMAC na gestão da Resex, uma vez que a proposta de composição paritária inviabiliza a atuação da associação da reserva como foi originalmente concebida.

Nesse contexto de mudanças, ressurgem inúmeros conflitos já contornados e pacificados, com os pescadores de algumas praias entrando em conflito com a própria direção da Reserva Extrativista, acusando o governo federal de omissão e abandono de sua criação, a RESEX, enfim um período em que um turbilhão de desafios se apresentaram ao órgão ambiental e a comunidade de pescadores locais.

Dessa forma ocorreu a luta pela criação da Resex de Arraial do Cabo, onde buscou-se numa política pública equilibrar interesses diversos, mitigar conflitos, garantir a proteção à pesca artesanal e à população tradicional, à biodiversidade, lançando mão de instrumentos legais avançados, com algumas inovações e com enormes desafios, uma vez que não basta um Decreto presidencial e um Plano de Utilização para garantir o uso comum de recursos naturais, de forma sustentável num território utilizado por agentes sociais com interesses diversos, muitas das vezes antagônicos e potenciais geradores de conflitos.

3- Conflitos e tensões com a implantação da Resex

O território de Arraial do Cabo, terra de cabistas, onde “ser cabista é ser pescador” (Prado, 2000) apresenta uma tradicional organização dos pescadores “sintetizado na reprodução simbólica da dualidade sob a qual os pescadores cabistas forjam sua identidade social” (Britto, 1999 p. 209).

Tal fenômeno social, por assim dizer, mostra a identidade coletiva da comunidade de pescadores, mas pode muito bem ser remetidas às representações acerca da organização social de Arraial do Cabo (Britto, 1999).

O referencial dominante sobre a organização social local baseia-se na sua estrutura socioespacial, observada “nitidamente de forma dicotomizada: de um lado o povo da Praia dos Anjos, de outro o povo da Praia Grande” (Britto, 1999).

Esse dualismo delimita o espaço geográfico e revela a forma como se desenham as relações sociais em Arraial do Cabo, um território “acostumado” a conflitos entre os próprios habitantes, os pescadores de diferentes praias, entre cabistas e caringôs, entre pescadores e turistas, entre pescadores cabistas e pescadores cabofrienses, numa dicotomia sem a qual parecem não sobreviver.

O primeiro grande conflito após a criação da Resex de Arraial do Cabo, esteve ligada a fundação da AREMAC, uma das exigências do processo de construção da Resex (Lobão, 2000), que não foi digerida pelas outras entidades associativas dos pescadores, embora a nova associação não significasse a substituição das outras já existentes.

No dia 17 de julho de 1997, a Colônia de Pescadores Z-5 enviou um ofício ao presidente do IBAMA fazendo “denúncia grave sobre os direitos dos pescadores tradicionais do município de Arraial do Cabo”. No documento a direção da Colônia Z-5 destaca o apoio dado à implantação da Resex e reivindicava para si a titularidade de legítima representante dos pescadores de Arraial do Cabo. Ainda no mesmo documento faz a denúncia de que

Como todo processo de constituição da Comissão Gestora tem sido excludente, antidemocrático, a Reserva Extrativista vem sendo implantada para benefício de uns

poucos, sem o apoio da grande maioria de pescadores, com isso gerando graves conflitos para a comunidade de Arraial do Cabo.

Após a denúncia pede que

Audidores e inspetores de Brasília compareçam para verificar que, os procedimentos para a implantação da Reserva Extrativista, não tem credibilidade nem legitimidade, porque foram realizados pelo IBAMA local, desrespeitando os pescadores e a própria comunidade local (Lobão, 2000 p.47-48).

Descobriu-se semanas depois que se tratava, na verdade, de uma querela pessoal, por conta de um proprietário de duas traineiras e também proprietário de boxes na marina dos pescadores, estando em dia com suas contribuições junto à Colônia e registradas desde 1993 nesta tivera seu pedido de associação à AREMAC negado, por não atenderem o requisito de tempo mínimo de dez anos de pesca em Arraial do Cabo

Ronaldo Lobão, inicia sua dissertação de mestrado apresentando um grave conflito ocorrido na marina da Enseada dos Anjos ocorrida no dia 1º de julho do ano 2000, por ocasião do início de cobrança da taxa de visitação para as operadoras de mergulho e turismo e para os turistas embarcados nos barcos de passeios turísticos. O conflito envolve a Direção da Reserva Extrativista, representado à época pelo biólogo Fábio Fabiano, as operadoras de mergulho e turismo local e o poder público municipal, envolvendo ainda a intervenção da Polícia Militar.

A decisão de dar início a cobrança da taxa de visitação havia sido decidida na véspera, no dia 30 de junho de 2000, na assembleia da AREMAC que empossava a nova Diretoria e tentava implantar algumas mudanças na gestão compartilhada da Resex.

No sábado, 1º de julho às 8 da manhã estavam todos os envolvidos apostos no cais da marina dos pescadores com a estratégia pronta par dar início a cobrança que ficara centralizada no trailer do IBAMA estacionado no pátio.

Começavam a chegar os turistas acompanhados do pessoal das operadoras, um representante da Federação das Operadoras de Mergulho que se apresentou como advogado da entidade e alguns donos de operadoras.

As operadoras de mergulho e turismo não se recusavam ao pagamento, mas exigiam que o pagamento fosse feito a posteriori, uma vez que não poderiam prever o número de turistas que iriam ser embarcados no dia. A estratégia, portanto, era exigir a mesma forma de pagamento aplicada aos barcos de passeio locais, qual seja, anotação do número de registro da embarcação e o número de passageiros embarcados em cada viagem.

Com a estratégia traçada previamente e com uma das operadoras de mergulho já tendo quitado sua guia junto ao banco, o Diretor da Reserva não aceitou as ponderações das operadoras e começou um sério bate-boca público entre ele e um dono de barco.

Nesse momento chega ao cais o Vice-Prefeito e o Secretário Municipal de Segurança Pública, acompanhados de dois guardas municipais, que protagonizam outro bate-boca intenso, que quase desagua em agressão física.

Enfim estava armado um conflito institucional entre um órgão federal e o poder local, ambos disputando sobre de quem era a competência administrativa sobre a marina.

O grave conflito termina com o trailer do IBAMA sendo rebocado, sem que o Diretor da Reserva resistisse, por aconselhamento do delegado da Polícia Federal de plantão em Niterói. Acompanhado de dois soldados, um sargento da Polícia Militar acata a ordem do Secretário de Segurança local e determina que um trator faça a retirada do trailer sob aplausos do pessoal das operadoras de turismo e alguns curiosos que se aglomeravam para assistir a celeuma desde o início da manhã.

Finalizado o conflito na marina, outra parte do conflito se desenrola na delegacia de Cabo Frio, onde o Diretor da Reserva presta queixa contra o Prefeito, o Vice e o Secretário de Segurança de Arraial do Cabo por abuso de autoridade. Já de posse da documentação o Diretor da Reserva dá entrada à reintegração de posse do trailer na Justiça Federal em São Pedro D'Aldeia.

Com toda a confusão criada, segundo o Diretor da Reserva o saldo do dia foi positivo, pois diante do conflito praticamente todas as operadoras efetuaram a

retirada da guia com os fiscais colaboradores e outros agentes do IBAMA e o respectivo pagamento das mesmas. E no fim das contas, o posicionamento dos pescadores em favor do IBAMA e do CNPT, fortaleceu a posição dos pescadores, mesmo sem a posição firme da AREMAC.

Outro foco de conflito constante ocorre entre a Marinha do Brasil, na figura da Capitania dos Portos e do IEAPM e a comunidade de pescadores extrativistas representados pela AREMAC na gestão compartilhada da Resex.

A Marinha do Brasil nunca reconheceu o direito de os pescadores legislarem junto com o IBAMA/ICMBio sobre o uso do mar. Numa das assembleias da Associação dos Pescadores da Reserva Extrativista Marinha de Arraial do Cabo (AREMAC), ocorrida no dia 20 de dezembro de 1999 na sede da entidade, o representante da Capitania dos Portos afirmou que, contrariamente ao deliberado pela Assembleia da AREMAC e a posição do IBAMA, quem determina as áreas de fundeio no mar territorial brasileiro é a Capitania dos Portos. Como a área de prospecção de petróleo da Bacia de Campos não possui uma área abrigada, as plataformas da Petrobrás recorrem ao Porto do Forno para estacionamento, manutenção, limpeza e calibragem de seus equipamentos. Só que o Porto do Forno está dentro de uma área que está dentro dos limites de uma Reserva Extrativista Marinha, decretada pelo Presidente da República, buscando o interesse da coletividade, não ao interesse particular da Petrobrás.

Nessa mesma direção, um outro representante da Capitania dos Portos afirmou que em sua opinião a reserva representava uma “privatização do mar”. Outro questionou certa vez numa assembleia, como o IBAMA deixou a Ilha do Farol dentro da Reserva Extrativista. Como se vê, apesar de todos os esforços dos legisladores, dos órgãos ambientais e da própria comunidade de pescadores, instituições militares tendem a monopolizar o mar quase como uma propriedade sua, impedindo um processo de democratização do espaço público, o mar, e uma experiência de democracia direta com a gestão compartilhada entre os pescadores tradicionais e o órgão ambiental.

Com a nova administração municipal empossada no início de 1997, a relação entre a Direção da Resex e o poder local se deteriorou muito, pois o novo prefeito,

Renato Vianna, era um antigo desafeto do gestor da Resex em questões imobiliárias envolvendo as construções irregulares no Pontal do Atalaia, que deflagrou uma ofensiva contra a gestão da Resex. Conclamando a união da classe de pescadores o prefeito acenou com uma série de benfeitorias na Marina Pública, com a condição de que todas as entidades representativas do Arraial do Cabo fossem extintas, só permanecendo a Colônia de Pescadores Z-5, que passaria a exercer a administração da Marina.

Isso representaria o fim da Associação dos Pescadores da Reserva Extrativista de Arraial do Cabo (AREMAC), da Associação de Pescadores de Arraial do Cabo (APAC) e da Associação dos Catadores e Criadores de Mexilhão de Arraial do Cabo (ACRIMAC), cuja intenção clara era, através dessa intervenção, calar a voz da Direção da Resex como representante dos interesses dos pescadores. (Lobão, 2006). A Colônia de Pescadores não apoiaria não apoiaria a Direção da Resex, uma vez que havia uma antiga disputa do CNPT no Rio e a Federação das Colônias, FEPERJ, muito em função da Reserva Extrativista Marinha de Arraial do Cabo e a rígida fiscalização exercida pelo gestor.

O prefeito passou a comparecer a várias assembleias da AREMAC, com uma postura claramente provocativa e desafiadora, chegando a nomear para a Fundação Instituto de Pesca de Arraial do Cabo (FIPAC), um pescador que havia brigado com o chefe da Resex. No entanto, os representantes da AREMAC, da APAC e da ACRIMAC, não abriram mão de suas entidades (Lobão, 2006).

Nesse clima pesado desse período, acirrou-se um outro conflito com a Marinha do Brasil, que intensificou suas operações no território da Resex, com o desenvolvimento pelo IEAPM de um projeto para detecção, via sonar, do ruído das embarcações de guerra brasileiras. O projeto implantava uma “raia acústica” no fundo do mar da Praia Grande para verificação do ruído das embarcações no fundo do oceano e para tanto as embarcações navegavam de um lado para outro da raia para testes de captura acústica.

Os testes foram realizados para toda a frota da Armada da Marinha e enquanto duraram os exercícios os pescadores ficaram impossibilitados de pescar. A direção fez então uma reclamação formal à Casa Civil da Presidência da

República, denunciando que o decreto presidencial não estava sendo cumprido, uma vez que “o direito da população local à sua reprodução social não estava sendo respeitado” (Lobão, 2006).

Delgado Goulart da Cunha destaca em sua dissertação de mestrado, um conflito histórico de Arraial do Cabo entre surfistas e pescadores de arrasto da Praia Grande. Uma bela discussão sobre a questão do uso do espaço público no Brasil.

Aparentemente uma questão insignificante diante dos desafios de preservação da biodiversidade, das tradições, saberes e costumes dos pescadores artesanais, mas que se olhada com um pouco mais de cuidado, podemos observar que esse tipo de conflito afeta diretamente o cotidiano e a tradição da pesca de arrasto de praia na aldeia de pescadores da Praia Grande.

De um lado estão os pescadores artesanais, buscando manter o controle sobre o uso comunitário do espaço da praia, de outro, os surfistas requerendo o direito de uso comum do mesmo espaço público, que até a criação da Resex Marinha de Arraial do Cabo e a aprovação do seu Plano de Manejo, permitia uma guerra aberta com conflitos que chegavam a agressões físicas e materiais (muitos surfistas tiveram suas pranchas destruídas ou apreendidas arbitrariamente nesses conflitos).

Ocorre que, a presença de surfistas próximos a arrebentação no Canto da Praia Grande, espanta os cardumes e atrapalha sobremaneira a dinâmica aplicada à pesca de arrasto de praia em canoas, que promovem uma corrida pela praia rumo a arrebentação assim que o vigia de pesca, postado no alto do Morro do Atalaia sinaliza a aproximação de um cardume.

O conflito arrefeceu bastante, mas faz parte do cotidiano de Arraial do Cabo desde a década de 1970, quando a melhoria dos acessos a antiga vila de pescadores, fez aumentar o fluxo de turistas, tanto quanto o de surfistas. Foram presenciados embates tão graves na Praia Grande, com envolvimento da polícia, prisões e apreensões de pranchas e surfistas. Como resultado da gravidade dos conflitos surgiu a Lei Municipal nº 348 de 8 de agosto de 1988, que prioriza a pesca de canoas na Praia Grande numa extensão de 13 quilômetros em linha reta,

partindo da Ponta da Cabeça e limita a prática de surf aos dias de Carnaval, Semana Santa e Natal, além dos dias em que o mar está de ressaca.

A Lei prevê multa para a retirada de pranchas apreendidas, que corresponde a um salário mínimo vigente no país. Essas medidas, no entanto, não eliminaram os conflitos pelo simples motivo de que os surfistas insistem no direito à prática de seu esporte, notadamente quando o mar tem boas ondas para a prática da modalidade.

Como já vimos anteriormente, o direito consuetudinário determina em Arraial do Cabo regras que afirmam um localismo (Cunha,2000), entendendo localismo aqui como a defesa dos interesses locais. Regras essas criadas pelos pescadores locais para organizar as pescarias, inclusive incluindo aí o “direito da vez” as marcas das pescarias”, tudo em acordo com as *companhas*.

Esse localismo é exercido pela comunidade pesqueira tradicional local através do controle e do uso das áreas de pesca (Cunha, 2000), que são legitimados pelo direito costumeiro e pela permanente presença dos pescadores nos locais de pesca, o que possibilita a manutenção e atualização desse direito local.

Outros conflitos de maior ou menor impacto ocorrem nos limites da Resex, protagonizados pelos próprios pescadores, como no caso da regulamentação da pesca noturna da lula, da restrição da pesca de algumas espécies na modalidade de pesca submarina, o período do defeso ou as restrições na época da pesca da sardinha verdadeira e da tainha.

A relação da AREMAC e do ICMBio com as operadoras de mergulho e turismo náutico, sempre necessita de mediação, negociação e diálogo, pois é sensível a conflitos que podem se tornar graves como vimos no início deste capítulo.

O Porto do Forno, bem como as operações da Bacia de Campos requerem uma atenção especial pelos riscos apresentados pela presença das plataformas em manutenção e limpeza, estacionadas na área abrigada da Enseada dos Anjos.

As operações portuárias apresentam um risco ambiental à medida em que recebem navios de grande porte de todas as partes do mundo, que trazem embarcadas águas de lastro, com grande potencial de contaminação e disseminação de espécies exóticas na área da reserva.

Considerações Finais

Nos últimos seis meses de dedicação a pesquisa bibliográfica, visita de campo, entrevistas com atores-chave e manuseio de documentos sobre a Reserva Extrativista Marinha de Arraial do Cabo, pude inferir que a comunidade de pescadores tradicionais local não teria de forma isolada e por iniciativa própria criado a Unidade de Conservação.

Nesse sentido, o trabalho, a dedicação e o apoio do biólogo e Analista Ambiental Fábio Fabiano lotado no Escritório Regional do IBAMA em Cabo Frio desde 1992, foi fundamental e decisiva. Não queremos aqui “fulanizar” o sucesso da criação da segunda Reserva Extrativista Marinha do Brasil, sem dúvida uma política pública que com inúmeros avanços e desafios, colocou a comunidade de pescadores artesanais da antiga aldeia no cenário nacional.

Foi por intermédio do órgão ambiental e de seu representante na região que se iniciou o processo de orientação dialógica com a comunidade tradicional, no sentido de despertá-la para os riscos ambientais que corriam com as transformações que o município de Arraial do Cabo vinha sofrendo ao longo das últimas décadas, com o turismo desordenado, a especulação imobiliária, a sobre pesca na costa do Cabo provocada pela captura predatória de grandes embarcações industriais, a experiência desenvolvimentista com a industrialização chegando através da CNA e o crescente aumento nas operações portuárias em princípio com a indústria salineira, passando pela barrilha da Álcalis e por fim as operações de apoio à Bacia de Campos.

O processo de criação da Resex colocou a comunidade de pescadores no centro dos debates ocorridos nos anos que antecederam o decreto de sua criação. A fundação da Associação da Reserva Extrativista Marinha de Arraial do Cabo, entregou o protagonismo da gestão compartilhada da unidade de conservação à comunidade tradicional, mesmo com a presença do órgão ambiental na chefia da Resex.

Os debates em torno do Plano de Utilização da Resex, pois em prática o aproveitamento dos conhecimentos naturalísticos, do direito costumeiro e do saber

científico, numa fusão rara de saberes que impulsionou de forma irreversível a comunidade de pescadores locais para fóruns regionais e nacionais, pois a Resex Marinha de Arraial do Cabo se tornou, com todos os seus percalços, avanços e desafios, uma espécie de modelo para outras reservas extrativistas (Lobão, 2006).

Definitivamente, a criação da Resex Marinha de Arraial do Cabo não resolveu todos os problemas ambientais em seus limites, os conflitos entre os atores sociais, tampouco sensibilizou completamente o poder municipal e a população local. Muitos são contra a Resex, muitos a favor. Em geral, não se vê um orgulho do cabista em relação a Resex Marinha. O slogan usado para divulgar a cidade no cenário da indústria do turismo é “a Capital do Mergulho”.

Como abordamos nesse trabalho, a Reserva Extrativista Marinha para ser criada dentro dos requisitos legais, navegou ora por um processo incluyente, ora por um processo excluyente. Quando o estatuto da AREMAC foi aprovado, foi definido que pescadores tinham direito extrativista nos limites da reserva. A definição de mais de dez anos de pesca em Arraial do Cabo, incluiu os cabistas ou “os de dentro” e cinco anos de domicílio eleitoral, excluiu muitos do que migraram de cidades do norte fluminense, por exemplo, para trabalhar na Companhia Nacional de Álcalis ou mesmo se fixando na cidade para a atividade da pesca, “os de fora”. E tal critério não se mostra justo por levar em conta condições que fogem totalmente à questão da manutenção e resiliência das populações tradicionais, da pesca artesanal e da biodiversidade marinha local.

As discussões acerca da utilização de recursos comuns, como no caso da pesca artesanal na costa de Arraial do Cabo, referem-se aos tipos de recursos que compartilham duas características básicas: “ (i) a exclusão ou controle de acesso de usuários potenciais é problemático; e (ii) cada usuário é capaz de subtrair daquilo que pertence também a todos os demais usuários, ou seja, existe um problema de uso compartilhado” (Berkes, 2005).

Trazemos essa reflexão de Berkes, para abordarmos a questão da sobrepesca e a consequente redução de estoques de pescado na costa de Arraial do Cabo e em todo o litoral brasileiro. Se nada fosse feito, ou seja, se se mantivesse o livre acesso, certamente os estoques de peixes e outras espécies marinhas

estariam sob sério risco de esgotamento, num processo que poderia vir a corroborar, algo extremo na teoria da “tragédia dos comuns”, proposta por Hardim.

Nesse contexto, pesquisadores brasileiros têm defendido a ampliação das unidades de conservação marinhas como forma de proteção dos biomas marinho costeiros. O VII Congresso Brasileiro de Unidades de Conservação realizado em setembro de 2012 em Natal (RN), focou na temática “Áreas protegidas: um oceano de riquezas e biodiversidade”, em que o centro das discussões foi a preservação das áreas marinhas e costeiras.

É fundamental difundirmos a ideia de que os ecossistemas marinhos são como o próprio termo propõe, sistemas interdependentes, em que a preservação de cada espécie afeta a preservação das demais presentes na cadeia trófica. Além disso, diversas espécies migratórias dependem de estuários, mangues e lagunas para sua reprodução, fenômeno fundamental para a reposição dos estoques de pescado. Segundo a Organização das Nações Unidas (ONU) em seu documento “Pacto para os Oceanos”, 3 bilhões de pessoas dependem da biodiversidade marinha e costeira para sua própria subsistência. Nesse sentido, Arraial do Cabo é uma gota no oceano Atlântico que banha a costa brasileira. Precisa ser preservada, mas sobretudo ampliado o mosaico de áreas de proteção marinho costeiras.

Referências

BRITTO, (Rosyan C. de C. - Modernidade e tradição: Construção da identidade social dos pescadores de Arraial do Cabo-RJ). UFRRJ, CPDA, 1989: 210.

CUNHA, Lúcia Helena de O. - Imagens das águas: mitos, saberes e fazeres. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Curitiba, 1993: 54.

DIEGUES, Antônio Carlos S. - O mito moderno da natureza intocada. São Paulo, Brasil, Hucitec, 1996: 169.

DIEGUES, Antônio Carlos S. - Povos e mares. São Paulo, Brasil, NUPAUB-USO, 1995: 269.

KALIKOSKI, D. C., SEIXAS, C. S. e ALMUDI, T. *et al.* Gestão compartilhada e comunitária da pesca no Brasil: avanços e desafios. *Ambiente & Sociedade*, v. XII, n. 1 p. 151-172, 2009.

LOBÃO, Ronaldo. Cosmologias Políticas do Neocolonialismo: como uma Política Pública pode se transformar em uma Política do Ressentimento. Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade de Brasília, como requisito parcial para obtenção do Grau de Doutor em Antropologia. Brasília, 2006.

VIEIRA, P.F.; BERKES, F. e SEIXAS, C.S. (2005) – Gestão Integrada e participativa recursos naturais: Conceitos, métodos e experiências. Florianópolis: APED e SECCO.

VINHA V. G. da, Diagnóstico Socioeconômico do Projeto Gestão Socioambiental de Reserva Extrativista Marinha de Arraial do Cabo-RJ para o Ecodesenvolvimento. 2009.

